

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	16
DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	17
Demonstração do Valor Adicionado	18

Comentário do Desempenho	19
Notas Explicativas	21
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	69

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	84
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	86
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	87

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	63.861
Preferenciais	87.968
Total	151.829
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2011	Ordinária		0,43267
Reunião do Conselho de Administração	31/03/2011	Juros sobre Capital Próprio	29/04/2011	Preferencial		0,43267
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Dividendo	28/07/2011	Ordinária		1,05727
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Dividendo	28/07/2011	Preferencial		1,05727
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	28/07/2011	Ordinária		0,41797
Reunião do Conselho de Administração	30/06/2011	Juros sobre Capital Próprio	28/07/2011	Preferencial		0,41797
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Dividendo	31/10/2011	Ordinária		1,13793
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Dividendo	31/10/2011	Preferencial		1,13793
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/10/2011	Ordinária		0,40327
Reunião do Conselho de Administração	30/09/2011	Juros sobre Capital Próprio	31/10/2011	Preferencial		0,40327

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	7.309.791	6.492.509
1.01	Ativo Circulante	1.897.332	1.569.296
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	179.723	40.334
1.01.03	Contas a Receber	1.578.561	1.436.619
1.01.03.01	Clientes	1.557.763	1.413.681
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.798	22.938
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	20.798	22.938
1.01.04	Estoques	48.173	44.791
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.796	9.780
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	10.796	9.780
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	10.796	9.780
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.319	1.828
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	73.760	35.944
1.01.08.03	Outros	73.760	35.944
1.02	Ativo Não Circulante	5.412.459	4.923.213
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.549.894	4.372.911
1.02.01.03	Contas a Receber	4.133.641	3.912.833
1.02.01.03.01	Clientes	3.362.523	3.231.704
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	771.118	681.129
1.02.01.04	Estoques	192.125	184.264
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	28.050
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	28.050
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	15.815	56.338
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	15.815	56.338
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	208.313	191.426
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Ágio	126.287	147.911
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	54.858	42.248
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	25.901	0
1.02.01.09.06	Outros	1.267	1.267
1.02.02	Investimentos	844.155	531.314
1.02.02.01	Participações Societárias	844.155	531.314
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	844.155	531.314
1.02.03	Imobilizado	8.614	9.044
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.614	9.044
1.02.04	Intangível	9.796	9.944
1.02.04.01	Intangíveis	9.796	9.944

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	7.309.791	6.492.509
2.01	Passivo Circulante	1.223.672	567.149
2.01.02	Fornecedores	54.381	48.856
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	54.381	48.856
2.01.03	Obrigações Fiscais	108.835	98.084
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.835	98.084
2.01.03.01.02	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	96.833	87.731
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei n 11.941	12.002	10.353
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	698.232	135.471
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	679.719	133.317
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	678.080	133.317
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.639	0
2.01.04.02	Debêntures	18.513	2.154
2.01.05	Outras Obrigações	338.178	262.454
2.01.05.02	Outros	338.178	262.454
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	240.447	193.822
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação CESP	5.512	6.503
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	54.321	49.244
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.256	0
2.01.05.02.07	Outros	28.642	12.885
2.01.06	Provisões	24.046	22.284
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.046	22.284
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	24.046	22.284
2.02	Passivo Não Circulante	1.474.854	1.361.525
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.081.728	1.004.216
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	528.230	450.577
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	410.115	450.577
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	118.115	0
2.02.01.02	Debêntures	553.498	553.639
2.02.02	Outras Obrigações	171.253	171.191
2.02.02.02	Outros	171.253	171.191
2.02.02.02.03	Obrigações Especiais - Reversão / Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	145.026	144.964
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	2.174	2.174
2.02.03	Tributos Diferidos	57.928	24.430
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.928	24.430
2.02.03.01.01	PIS e COFINS diferidos	48.604	24.430
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.324	0
2.02.04	Provisões	163.945	161.688
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	163.945	161.688
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.515	7.527
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	151.203	149.628
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	6
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.477	3.844
2.02.04.01.05	ANEEL	750	683
2.03	Patrimônio Líquido	4.611.265	4.563.835

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	1.119.911	1.119.911
2.03.02	Reservas de Capital	2.248.067	2.231.779
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	176.744	176.744
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.954	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.012.437	1.212.145
2.03.04.01	Reserva Legal	215.763	215.763
2.03.04.02	Reserva Estatutária	111.991	111.991
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	31.606	33.293
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	653.077	653.077
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	198.021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	230.850	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	645.112	1.588.183	509.180	1.302.808
3.01.01	Receita Operacional Líquida	645.112	1.588.183	509.180	1.302.808
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-152.727	-428.758	-120.249	-327.494
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-152.727	-428.758	-120.249	-327.494
3.03	Resultado Bruto	492.385	1.159.425	388.931	975.314
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	22.879	-71.720	-39.651	-95.565
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.093	-97.399	-37.631	-90.336
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.295	-3.866	-1.378	-4.713
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-26.798	-93.533	-36.253	-85.623
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.265	30.619	542	4.102
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.208	-50.153	-7.208	-21.822
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	29.915	45.213	4.646	12.491
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	515.264	1.087.705	349.280	879.749
3.06	Resultado Financeiro	-41.738	-108.149	-21.575	-63.907
3.06.01	Receitas Financeiras	31.768	42.976	11.224	36.774
3.06.02	Despesas Financeiras	-73.506	-151.125	-32.799	-100.681
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	473.526	979.556	327.705	815.842
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-128.663	-228.332	-83.695	-174.267
3.08.01	Corrente	-73.334	-190.956	-41.729	-159.958
3.08.02	Diferido	-55.329	-37.376	-41.966	-14.309
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.863	751.224	244.010	641.575
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	344.863	751.224	244.010	641.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	597.038	752.715
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	956.670	770.466
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	751.224	641.575
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.708	4.401
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	22.844	6.938
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	37.376	14.309
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.263	-840
6.01.01.06	Valor Residual do Ativo Perm. Baixado	16	18
6.01.01.07	Perda Variação Participação em Controlada	28.490	160
6.01.01.08	Reversão da provisão perda em Controlada	-1.834	0
6.01.01.09	Amortização de Ágio	21.624	21.624
6.01.01.10	Juros e Var. Monet. e Cambial s/ Ativos e Passivos	135.172	94.772
6.01.01.11	Resultado da Equivalência Patrimonial	-45.213	-12.491
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-359.632	-17.751
6.01.02.01	Clientes	-274.792	59.695
6.01.02.02	Estoques	-11.267	-40.154
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-87.849	-66.480
6.01.02.04	Títulos e Contribuições Compensáveis	-1.016	203.006
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-12.610	2.799
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.491	-3.074
6.01.02.07	Outros	2.712	-52.024
6.01.02.08	Fornecedores	5.525	-15.045
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	9.102	-23.946
6.01.02.10	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-6.545	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios a Recolher	5.077	4.634
6.01.02.12	Provisões	1.756	-8.628
6.01.02.13	Valores a Pagar - Fundação CESP	-991	378
6.01.02.14	Outros	15.757	-78.912
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-298.284	-151.108
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.863	-1.894
6.02.02	Aquisição de Intangível	-2.138	0
6.02.03	Investimentos	-294.283	-149.214
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-159.365	-386.267
6.03.01	Adições de Empréstimos	684.830	708.859
6.03.02	Pagamento de Empréstimos (Inclui Juros)	-187.034	-567.968
6.03.03	Dividendos Pagos	-673.449	-555.188
6.03.04	Integralização de capital	16.288	28.030
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	139.389	215.340
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	40.334	18.564
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	179.723	233.904

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-522.061	0	-703.794
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.021	-333.297	0	-531.318
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.382	0	-190.382
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.140	0	1.140
5.04.09	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	478	0	478
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.288	0	0	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.224	0	751.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.224	0	751.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.687	1.687	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.687	1.687	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.437	230.850	0	4.611.265

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.063.049	2.259.945	1.340.017	0	0	4.663.011
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.063.049	2.259.945	1.340.017	0	0	4.663.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.030	0	-368.282	-398.432	0	-738.684
5.04.01	Aumentos de Capital	28.030	0	0	0	0	28.030
5.04.06	Dividendos	0	0	-368.282	-209.951	0	-578.233
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.566	0	-188.566
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	85	0	85
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	641.575	0	641.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	641.575	0	641.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	28.832	-28.832	-2.336	2.336	0	0
5.06.04	Capitalização de Reservas	28.832	-28.832	0	0	0	0
5.06.05	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-2.336	2.336	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.231.113	969.399	245.479	0	4.565.902

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	1.835.563	1.481.503
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.804.944	1.477.400
7.01.02	Outras Receitas	30.619	4.103
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-377.139	-265.396
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-8.943	-10.038
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-368.196	-255.358
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.458.424	1.216.107
7.04	Retenções	-4.708	-4.401
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.708	-4.401
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.453.716	1.211.706
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	88.189	49.265
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	45.213	12.491
7.06.02	Receitas Financeiras	42.976	36.774
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.541.905	1.260.971
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.541.905	1.260.971
7.08.01	Pessoal	138.815	120.343
7.08.01.01	Remuneração Direta	106.696	89.481
7.08.01.02	Benefícios	24.651	23.338
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.468	7.524
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	490.925	390.894
7.08.02.01	Federais	476.052	380.984
7.08.02.02	Estaduais	433	431
7.08.02.03	Municipais	14.440	9.479
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	160.941	108.159
7.08.03.01	Juros	151.066	100.222
7.08.03.02	Aluguéis	9.875	7.937
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	751.224	641.575
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	190.382	188.566
7.08.04.02	Dividendos	333.297	209.951
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	227.545	243.058

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	8.280.225	6.931.418
1.01	Ativo Circulante	2.095.403	1.596.745
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	327.466	54.983
1.01.03	Contas a Receber	1.619.672	1.447.328
1.01.03.01	Clientes	1.598.874	1.424.390
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.798	22.938
1.01.03.02.01	Valores a Receber - Sec. da Fazenda	20.798	22.938
1.01.04	Estoques	48.181	44.791
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.434	11.230
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.434	11.230
1.01.06.01.01	Tributos e Contribuições a Compensar	13.434	11.230
1.01.07	Despesas Antecipadas	6.794	2.611
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	79.856	35.802
1.01.08.03	Outros	79.856	35.802
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	5.881	0
1.01.08.03.02	Outros	73.975	0
1.02	Ativo Não Circulante	6.184.822	5.334.673
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.166.240	5.315.535
1.02.01.03	Contas a Receber	5.758.275	4.906.438
1.02.01.03.01	Clientes	4.987.157	4.225.309
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	771.118	681.129
1.02.01.04	Estoques	192.125	184.264
1.02.01.06	Tributos Diferidos	0	28.050
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	28.050
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	215.840	196.783
1.02.01.09.03	Benefício Fiscal do Àgio	126.287	147.911
1.02.01.09.04	Cauções e Depósitos Vinculados	54.858	42.248
1.02.01.09.05	Instrumentos Financeiros Derivativos	26.770	0
1.02.01.09.06	Outros	7.925	6.624
1.02.03	Imobilizado	8.786	9.194
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	8.786	9.194
1.02.04	Intangível	9.796	9.944
1.02.04.01	Intangíveis	9.796	9.944

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	8.280.225	6.931.418
2.01	Passivo Circulante	1.760.589	814.049
2.01.02	Fornecedores	109.631	93.964
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	109.631	93.964
2.01.03	Obrigações Fiscais	111.290	99.098
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	111.290	99.098
2.01.03.01.02	Tributos e Encargos Sociais a Recolher	99.288	88.745
2.01.03.01.03	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	12.002	10.353
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.171.950	334.567
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	948.296	332.413
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	946.657	332.413
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.639	0
2.01.04.02	Debêntures	223.654	2.154
2.01.05	Outras Obrigações	343.073	263.758
2.01.05.02	Outros	343.073	263.758
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	240.447	193.822
2.01.05.02.04	Valores a Pagar - Fundação CESP	5.512	6.503
2.01.05.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	55.414	49.559
2.01.05.02.06	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.256	0
2.01.05.02.07	Outros	32.444	13.874
2.01.06	Provisões	24.645	22.662
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	24.645	22.662
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	24.645	22.662
2.02	Passivo Não Circulante	1.908.371	1.553.534
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.322.152	1.093.671
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	768.654	540.032
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	650.539	540.032
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	118.115	0
2.02.01.02	Debêntures	553.498	553.639
2.02.02	Outras Obrigações	171.253	171.191
2.02.02.02	Outros	171.253	171.191
2.02.02.02.03	Obrigações Especiais - Reversão/ Amortização	24.053	24.053
2.02.02.02.04	Impostos Parcelados - Lei n 11.941	145.026	144.964
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios a Recolher	2.174	2.174
2.02.03	Tributos Diferidos	251.021	126.984
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	251.021	126.984
2.02.03.01.01	PIS e CONFINS diferidos	207.388	117.632
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	43.633	9.352
2.02.04	Provisões	163.945	161.688
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	163.945	161.688
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.515	7.527
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	151.203	149.628
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	0	6
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	4.477	3.844
2.02.04.01.05	ANEEL	750	683
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.611.265	4.563.835

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.01	Capital Social Realizado	1.119.911	1.119.911
2.03.02	Reservas de Capital	2.248.067	2.231.779
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	176.744	176.744
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	16.954	666
2.03.02.07	Subvenções para Investimento - CRC	1.264.084	1.264.084
2.03.02.08	Remuneração das Imobilizações em Curso	633.053	633.053
2.03.02.09	Doações e Subvenções para Investimentos	150.489	150.489
2.03.02.10	Incentivos Fiscais - FINAM	6.743	6.743
2.03.04	Reservas de Lucros	1.012.437	1.212.145
2.03.04.01	Reserva Legal	215.763	215.763
2.03.04.02	Reserva Estatutária	111.991	111.991
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	31.606	33.293
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	653.077	653.077
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	198.021
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	230.850	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	896.533	2.194.319	620.708	1.571.192
3.01.01	Receita Operacional Líquida	896.533	2.194.319	620.708	1.571.192
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-357.914	-933.512	-216.871	-556.469
3.02.01	Custo dos Serviços de Construção e Operação e Manutenção	-357.914	-933.512	-216.871	-556.469
3.03	Resultado Bruto	538.619	1.260.807	403.837	1.014.723
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-9.625	-124.926	-47.897	-118.680
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-30.767	-105.512	-41.231	-100.960
3.04.02.01	Honorários da Administração	-1.653	-4.826	-1.694	-5.691
3.04.02.02	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-29.114	-100.686	-39.537	-95.269
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	28.350	30.740	542	4.102
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.208	-50.154	-7.208	-21.822
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	528.994	1.135.881	355.940	896.043
3.06	Resultado Financeiro	-40.522	-131.542	-25.724	-73.566
3.06.01	Receitas Financeiras	43.158	59.174	12.359	39.255
3.06.02	Despesas Financeiras	-83.680	-190.716	-38.083	-112.821
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	488.472	1.004.339	330.216	822.477
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-143.609	-253.115	-86.206	-180.902
3.08.01	Corrente	-73.799	-192.022	-41.729	-159.958
3.08.02	Diferido	-69.810	-61.093	-44.477	-20.944
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	344.863	751.224	244.010	641.575
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	344.863	751.224	244.010	641.575
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	344.863	751.224	244.010	641.575
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	67.979	566.764
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.104.594	816.700
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	751.224	641.575
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	4.733	4.423
6.01.01.03	PIS e COFINS Diferidos	82.300	33.934
6.01.01.04	Imposto de Renda e CS Diferidos	61.093	20.944
6.01.01.05	Provisão para Contingências	2.295	-840
6.01.01.06	Valor Residual Ativo Perm. Baixado	16	110
6.01.01.07	Perda Variação Participação em Controlada	28.490	160
6.01.01.08	Reversão da provisão perda em Controlada	-1.834	0
6.01.01.09	Amortização do Ágio	21.624	21.624
6.01.01.10	Juros e Var. Monet. e Cambial c/ Ativos e Passivos	154.653	94.770
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.036.615	-249.936
6.01.02.01	Clientes	-918.394	-239.057
6.01.02.02	Estoques	-11.275	-40.154
6.01.02.03	Valores a Receber - Secr. da Fazenda	-87.849	-66.480
6.01.02.04	Tributos e Contrib. Compensáveis	-1.986	202.520
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	-12.610	2.805
6.01.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	-4.183	-2.726
6.01.02.07	Outros	11.472	-52.082
6.01.02.08	Fornecedores	15.008	9.872
6.01.02.09	Tributos e Enc. Sociais a Recolher	10.494	-23.948
6.01.02.10	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	577	0
6.01.02.11	Impostos Parcelados - Lei nº 11.941	-6.545	0
6.01.02.12	Encargos Regulatórios a Recolher	5.683	4.663
6.01.02.13	Provisões	1.932	-8.293
6.01.02.14	Valores a Pagar - Fund. CESP	-991	378
6.01.02.15	Outros	-37.948	-37.434
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.154	-1.902
6.02.01	Aquisição de Imobilizado	-1.907	-1.902
6.02.02	Aquisição de Intangível	-2.138	0
6.02.03	Investimentos	-13.109	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	221.658	-281.947
6.03.01	Adições de Empréstimos	1.209.561	870.997
6.03.02	Pgto. de Empréstimos (Inclui Juros)	-330.742	-625.786
6.03.03	Dividendos Pagos	-673.449	-555.188
6.03.04	Integralização de Capital / Adto. Futuro Aumento Capital	16.288	28.030
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	272.483	282.915
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	54.983	43.234
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	327.466	326.149

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.119.911	2.231.779	1.212.145	0	0	4.563.835	0	4.563.835
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	16.288	-198.021	-522.061	0	-703.794	0	-703.794
5.04.06	Dividendos	0	0	-198.021	-333.297	0	-531.318	0	-531.318
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-190.382	0	-190.382	0	-190.382
5.04.08	Dividendos Prescritos	0	0	0	1.140	0	1.140	0	1.140
5.04.09	Juros sobre Capital Próprios Prescritos	0	0	0	478	0	478	0	478
5.04.10	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	16.288	0	0	0	16.288	0	16.288
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	751.224	0	751.224	0	751.224
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	751.224	0	751.224	0	751.224
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-1.687	1.687	0	0	0	0
5.06.04	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-1.687	1.687	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.248.067	1.012.437	230.850	0	4.611.265	0	4.611.265

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.063.049	2.259.945	1.340.017	0	0	4.663.011	0	4.663.011
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.063.049	2.259.945	1.340.017	0	0	4.663.011	0	4.663.011
5.04	Transações de Capital com os Sócios	28.030	0	-368.282	-398.432	0	-738.684	0	-738.684
5.04.01	Aumentos de Capital	28.030	0	0	0	0	28.030	0	28.030
5.04.06	Dividendos	0	0	-368.282	-209.951	0	-578.233	0	-578.233
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-188.566	0	-188.566	0	-188.566
5.04.08	Juros sobre Capital Próprio Prescritos	0	0	0	85	0	85	0	85
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	641.575	0	641.575	0	641.575
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	641.575	0	641.575	0	641.575
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	28.832	-28.832	-2.336	2.336	0	0	0	0
5.06.04	Capitalização de Reservas	28.832	-28.832	0	0	0	0	0	0
5.06.05	Realização da Reserva de Lucros a Realizar	0	0	-2.336	2.336	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.119.911	2.231.113	969.399	245.479	0	4.565.902	0	4.565.902

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010
7.01	Receitas	2.504.947	1.777.450
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.474.207	1.773.348
7.01.02	Outras Receitas	30.740	4.102
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-885.853	-504.661
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-10.497	-10.900
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-875.356	-493.761
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.619.094	1.272.789
7.04	Retenções	-4.733	-4.422
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-4.733	-4.422
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.614.361	1.268.367
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	59.174	39.255
7.06.02	Receitas Financeiras	59.174	39.255
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.673.535	1.307.622
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.673.535	1.307.622
7.08.01	Pessoal	142.332	120.375
7.08.01.01	Remuneração Direta	109.632	89.502
7.08.01.02	Benefícios	25.095	23.347
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.605	7.526
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	579.397	425.163
7.08.02.01	Federais	564.490	415.247
7.08.02.02	Estaduais	466	438
7.08.02.03	Municipais	14.441	9.478
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	200.582	120.509
7.08.03.01	Juros	190.648	112.515
7.08.03.02	Aluguéis	9.934	7.994
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	751.224	641.575
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	190.382	188.566
7.08.04.02	Dividendos	333.297	209.951
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	227.545	243.058

Comentário do Desempenho

Análise do resultado consolidado no trimestre findo em 30 de setembro

	Em milhares de reais				
	2011	%	2010	%	Variação % 2011/2010
Receita operacional líquida	896.533	100,0	620.708	100,0	44,4
Custos de operação / despesas gerais e administrativas	(388.681)	43,4	(258.102)	41,6	50,6
Resultado financeiro	(40.522)	4,5	(25.724)	4,1	57,5
Outras receitas (despesas), líquidas	21.142	2,4	(6.666)	1,1	(417,2)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	488.472	54,5	330.216	53,2	47,9
Imposto de renda e contribuição social	(143.609)	16,0	(86.206)	13,9	66,6
Lucro líquido do período	344.863	38,5	244.010	39,3	41,3

A **receita operacional líquida** aumentou 44,4% somando R\$ 896.533 mil no 3T11 diante de R\$ 620.708 mil no 3T10, em decorrência dos fatores indicados abaixo.

A **receita operacional bruta** aumentou 43,2%, atingindo R\$ 1.002.212 mil no 3T11, comparada com R\$ 700.136 mil no 3T10, em decorrência do aumento de 104,1% das receitas de construção, de 35,8% das receitas financeiras e de 1,1% das receitas de operação e manutenção.

As **receitas de construção** totalizaram R\$ 298.244 mil no 3T11, comparada com R\$ 146.143 mil no 3T10, em decorrência do avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira bem como das obras de reforços e ampliação da CTEEP, compensado pela entrada em operação das controladas IENNE, IESUL e Pinheiros, cujas obras foram, substancialmente, concluídas durante o exercício 2010.

As **receitas financeiras**, oriundas dos contratos de concessão, somaram R\$ 561.489 mil no 3T11, comparada com R\$ 413.501 mil no 3T10, refletindo a remuneração do saldo de contas a receber de construção. Em julho de 2011, a Companhia e suas controladas reconheceram os ajustes positivos oriundos do reposicionamento tarifário anual, que afetaram os seus fluxos de caixa no montante de R\$ 246.871, como ajuste na receita financeira anual. Tendo em vista que os ativos financeiros oriundos da concessão são classificados como empréstimos recebíveis. Em 2010, o efeito do reposicionamento tarifário anual foi no montante de R\$ 86.360.

As **receitas de operação e manutenção** totalizaram R\$ 138.338 mil no 3T11, comparada com R\$ 136.892 mil no 3T10, não apresentando variação significativa.

As **deduções da receita operacional** aumentaram 33,1%, atingindo R\$ 105.679 mil no 3T11 contra R\$ 79.428 mil no 3T10, devido ao aumento dos impostos sobre a receita, que refletem o crescimento da receita operacional.

Os **custos de construção e de operação e manutenção** tiveram aumento de 65,0%, alcançando R\$ 357.914 mil no 3T11 frente aos R\$ 216.871 mil no 3T10.

As **despesas gerais e administrativas** apresentaram uma redução de 25,4%, atingindo R\$ 30.767 mil no 3T11, comparada com R\$ 41.231 mil no 3T10.

Combinados, os **custos de construção, de operação e manutenção e as despesas gerais e administrativas** apresentaram crescimento de 50,6%, totalizando R\$ 388.681 mil no 3T11, comparado com R\$ 258.102 mil no 3T10, devido, substancialmente, ao crescimento de 175,0% dos gastos com materiais, refletindo o avanço das obras da Serra do Japi e da IEMadeira.

Comentário do Desempenho

A margem **EBITDA** foi de 56,8%, totalizando R\$ 509.434 mil no 3T11 em comparação a 58,6%, R\$ 364.095 mil no 3T10.

O **resultado financeiro** atingiu despesa de R\$ 40.522 mil no 3T11 apresentando aumento de 57,5% em relação a R\$ 25.724 mil no 3T10 devido ao maior endividamento de 2011 comparado a 2010. O saldo médio dos empréstimos e financiamentos em 2011 é de R\$ 1.247.051, em comparação a R\$ 714.119 do exercício de 2010.

As outras **receitas e despesas líquidas** aumentaram devido a venda de terrenos, ocorrida em 2011, que geraram uma receita líquida de R\$ 26.427, de caráter não recorrente.

As despesas com **imposto de renda e contribuição social** aumentaram 66,6% somando R\$ 143.609 mil no 3T11 contra R\$ 86.206 mil no 3T10. A taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social foi de 29,4% no 3T11 comparado com 26,1% no 3T10.

Em decorrência dos fatores mencionados acima, o **lucro líquido** de 2011 totalizou R\$ 344.863 mil, montante 41,3 % superior quando comparado a R\$ 244.010 mil no 3T10.

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

1.1 Objeto social

A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (“CTEEP” ou “Companhia”) é uma sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica, bem como programas de pesquisa e desenvolvimento no que tange a transporte de energia e outras atividades correlatas à tecnologia disponível, sendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia é oriunda de cisão parcial da Companhia Energética de São Paulo (“CESP”), tendo iniciado suas operações comerciais em 01 de abril de 1999. Em 10 de novembro de 2001, incorporou a EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. (“EPTE”), empresa oriunda da cisão parcial da Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A.

Em leilão de privatização realizado em 28 de junho de 2006, na Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, nos termos do Edital SF/001/2006 o Governo do Estado de São Paulo, até então acionista majoritário, alienou 31.341.890.064 ações ordinárias de sua propriedade, correspondentes, a 50,10% das ações ordinárias de emissão da CTEEP. A empresa vencedora do leilão foi a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.

A liquidação financeira da operação realizou-se em 26 de julho de 2006 com a consequente transferência da titularidade das citadas ações à ISA Capital do Brasil S.A. (“ISA Capital”), sociedade brasileira controlada pela Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (“ISA”), constituída para operar no Brasil, que, dessa forma passou a ser a controladora da CTEEP. A referida operação teve anuência da ANEEL, em 25 de julho de 2006, conforme Resolução Autorizativa 642/06, publicada no Diário Oficial de 26 de julho de 2006.

As ações da Companhia são negociadas na BOVESPA. Adicionalmente, a CTEEP possui programa de “American Depositary Receipts - ADRs” - Regra 144 A nos Estados Unidos. O depositário dos ADRs é o The Bank of New York, e o Banco Itaú S.A. é o custodiante.

Em setembro de 2002, a Companhia aderiu às práticas diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 1, da BOVESPA. Os compromissos assumidos por conta da referida adesão garantem maior transparência da Companhia com o mercado, investidores e acionistas, facilitando o acompanhamento dos atos da Administração.

A Companhia tem suas ações preferenciais incluídas no Índice BOVESPA - IBOVESPA e também integra o Índice de Governança Corporativa – IGC e o Índice de Energia Elétrica – IEE.

1.2 Concessões

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Notas Explicativas

Concessionária	Contrato	Part (%)	Prazo (anos)	Vencimento	Revisão Tarifária Periódica		RAP em degrau	Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
					Prazo	Próxima			R\$ mil	Mês Base
CTEEP	059/2001 (*)		20	07.07.15	4 anos	2013	Não	IGPM	1.992.484	06/11
CTEEP	143/2001		30	20.12.31	n/a	n/a	Sim	IGPM	15.793	06/11
IEMG	004/2007	100	30	23.04.37	5 anos	2012	Sim	IPCA	14.193	06/11
Pinheiros	012/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	7.386	06/11
Pinheiros	015/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	12.491	06/11
Pinheiros	018/2008	100	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	3.174	06/11
Serra do Japi	026/2009	100	30	18.11.39	5 anos	2015	Não	IPCA	25.200	06/11
IENNE	001/2008	25	30	16.03.38	5 anos	2013	Não	IPCA	36.435	06/11
IESul	013/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	4.447	06/11
IESul	016/2008	50	30	15.10.38	5 anos	2014	Não	IPCA	8.006	06/11
IEMadeira	013/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	176.249	11/08(**)
IEMadeira	015/2009	51	30	25.02.39	5 anos	2014	Não	IPCA	151.788	11/08(**)

(*) O contrato de concessão nº 059 da CTEEP subdivide-se em: SE (Serviço Existente) referente às instalações energizadas até 31 de dezembro de 1999; e NI (Novos Investimentos) referente às instalações energizadas a partir de 1º de janeiro de 2000. As informações relativas à revisão tarifária periódica referem-se apenas ao contrato de concessão nº 059 NI.

(**) Conforme contrato de concessão a RAP será reajustada anualmente, após a entrada em operação do empreendimento. A Companhia estima que a IEMadeira inicie suas operações em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

Em decorrência da aquisição do controle acionário da CTEEP pela ISA Capital, ocorrida em 28 de junho de 2006, foi celebrado Termo Aditivo ao contrato de concessão 059/2001 - ANEEL da CTEEP, em 29 de janeiro de 2007, de modo a refletir essa realidade do novo controlador. Nesse aditivo, foram mantidas as condições pactuadas inicialmente e agregada cláusula definindo que o ágio pago no leilão, assim como as obrigações especiais e os valores decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 previstos no Edital de Alienação SF/001/2006, não serão considerados pela ANEEL para efeito da avaliação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Ainda em decorrência desse aditivo, a ISA Capital e a Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (Colômbia) comprometem-se a fazer aportes de capital na CTEEP.

Todos os contratos de concessão acima prevêm o direito de indenização no término de sua vigência.

Participação em leilões

(i) Leilão 001/2009

Lote C - LT Porto Velho - Jauru

O lote C refere-se ao terceiro circuito da linha de transmissão - LT em 230 kV entre Jauru (Mato Grosso) e Porto Velho (Rondônia), totalizando 987 km. Para a exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

Em 19 de maio de 2010, a Linha Verde protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 15 de março de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.814, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. Em 07 de abril de 2011 a CTEEP transferiu as ações da Linha Verde de sua propriedade para a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Notas Explicativas

Lote D - LT Porto Velho – Rio Branco

Este lote refere-se ao segundo circuito da LT em 230 kV entre Porto Velho (Rondônia), Abunã e Rio Branco (Acre), totalizando 487 km. Para exploração dessa LT foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Rio Branco Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de outubro de 2010, a Rio Branco protocolizou, junto à ANEEL, pedido de anuência prévia para a operação de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 15 de fevereiro de 2011 a ANEEL deliberou através da Resolução Autorizativa nº 2.774, o pedido de transferência das ações detidas pela CTEEP para a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte. Em 05 de maio de 2011 a CTEEP transferiu as ações da Rio Branco de sua propriedade para as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.

Lote E – LT Jauru – Cuiabá e a subestação Jauru

Este lote refere-se a LT em 500 kV entre Jauru e Cuiabá (Mato Grosso), totalizando 348 km, e a subestação Jauru, de 500/230 kV. Para exploração dessas instalações foi constituída, em 02 de julho de 2009, a Transmissora Matogrossense de Energia S.A. Em 14 de maio de 2010, a CTEEP transferiu as ações da Matogrossense de sua propriedade para a Mavi Engenharia e Construções Ltda.

(ii) Leilão 001/2011

Em 10 de junho de 2011, através do leilão ANEEL nº 001/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP constituiu, juntamente com a CHESF, o consórcio Extremoz, que arrematou o lote A, composto pelas LT Ceará-Mirim - João Câmara II, em 500 kV com 64 km; LT Ceará-Mirim - Campina Grande III, em 500 kV com 201 km; LT Ceará-Mirim - Extremoz II, em 230 kV com 26 km; LT Campina Grande III - Campina Grande II, com 8,5 km; SE João Câmara II 500 kV, SE Campina Grande III 500/230 kV e SE Ceará-Mirim 500/230 kV.

Este projeto tem investimento estimado em R\$ 622,0 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 31,9 milhões, base junho de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para agosto de 2013.

Estamos em processo de assinatura do contrato de concessão.

(iii) Leilão 004/2011

Em 02 de setembro de 2011, através do leilão ANEEL nº 004/2011, em sessão pública realizada na BM&FBOVESPA, a CTEEP arrematou o lote K de forma independente e o lote L através do consórcio Garanhuns com CHESF.

O lote K é composto pela SE Itapeti 345/88kV – novo pátio em 88kV. Este projeto, que será incorporado à subsidiária Pinheiros (100% CTEEP), tem investimento estimado em R\$ 73,0 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 4,4 milhões, base setembro de 2011. A entrada em operação está prevista para setembro de 2013.

O lote L é composto pela LT 500kv Luiz Gonzaga – Garanhuns com 224km, LT 500kV Garanhuns Pau Ferro com 239km, LT 500kV Campina Grande – Garanhuns com 190km, LT 500kV Garanhuns – Angelim I com 13km, SE 500/230kv Garanhuns 200MVA e SE Pau Ferro – novo pátio em 500kV. Este projeto tem investimento estimado em R\$ 942,0 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de 68,9 Milhões, base setembro de 2011. A participação acionária da Companhia no empreendimento é de 51%. A entrada em operação está prevista para julho de 2014.

Estamos em processo de assinatura do contrato de concessão.

Notas Explicativas

2 Apresentação das informações trimestrais

2.1 Bases de elaboração e apresentação

As informações trimestrais individuais, identificadas como “Controladora”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Em conformidade com a legislação brasileira vigente, essas informações trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto pelo método da equivalência patrimonial. Desta forma, essas informações trimestrais individuais não são consideradas como estando conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”), que exigem a avaliação desses investimentos pelo seu valor justo ou pelo seu valor de custo.

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que estão em conformidade com as IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Conforme o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as notas explicativas nesta ITR de forma resumida nos casos de redundância em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da nota explicativa completa na demonstração anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

A Companhia declara que os julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas, bem como as principais práticas contábeis são as mesmas que as divulgadas nas demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010. Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas nas notas explicativas 2.3 e 3, daquelas demonstrações financeiras, exceto 3.4 (c), que sofreu mudanças. Durante o exercício 2011, a Companhia contratou instrumentos derivativos e iniciou a contabilização de cobertura (Hedge) utilizando esses instrumentos, através de “hedge accounting”. Até o exercício 2010, a Companhia não possuía nenhum instrumento derivativo contratado e não aplicava contabilização de cobertura.

As informações trimestrais, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Todos os valores apresentados nestas informações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações contábeis, tais como volumes de energia, previsões ou estimativas, seguros, dentre outros, não foram revisados pela auditoria independente.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As informações trimestrais da controladora e de cada uma de suas controladas incluídas nas informações trimestrais consolidadas são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam (“moeda funcional”).

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A Companhia declara que as informações sobre julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas descritas na nota 2.3 das demonstrações financeiras anuais do exercício de 2010 permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR.

Notas Explicativas

2.4 Procedimentos de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incluem as informações trimestrais da CTEEP, de suas controladas e de suas controladas em conjunto.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas e controladas em conjunto (joint venture) são consolidadas integral e proporcionalmente, respectivamente, a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir.

Em 30 de setembro de 2011, as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

	Data base das informações trimestrais	Participação %	
		30.09.2011	31.12.2010
Controladas			
Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)	30.09.2011	100	60
Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)	30.09.2011	100	100
Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)	30.09.2011	100	100
Controladas em conjunto			
Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)	30.09.2011	25	25
Interligação Elétrica do Sul S.A. (IESUL)	30.09.2011	50	50
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMADEIRA)	30.09.2011	51	51

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das informações trimestrais consolidadas:

- eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e,
- eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas empresas coincide com o da controladora.

3 Principais práticas contábeis

A Companhia declara que as informações sobre principais práticas contábeis, permanecem válidas para estas Informações Trimestrais - ITR, estando o conteúdo dessas informações na nota explicativa 3 a às demonstrações financeiras do exercício de 2010. Durante o exercício 2011, a Companhia contratou instrumentos derivativos e iniciou a contabilização de cobertura (Hedge) utilizando esses instrumentos. Até o exercício 2010, a Companhia não possuía nenhum instrumento derivativo contratado e não aplicava contabilização de cobertura (hedge accounting). A prática contábil considerando a adoção da contabilização de cobertura está demonstrada a seguir:

3.4 Instrumentos financeiros

(c) Instrumentos derivativos e atividades de cobertura - Hedge

Em 2011, a Companhia e sua controlada IEMadeira passaram a utilizar instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de cobertura - *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que a operação de derivativo é contratada, sendo reavaliados, subsequentemente, também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

Para que uma operação de cobertura – *hedge* seja qualificada para contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) é necessário que os seguintes requisitos sejam atendidos:

- Para a data de início da operação, existe documentação formal da operação de cobertura, especificando sua classificação, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o *hedge*. Essa documentação deve incluir a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma em que a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*;
- Existe a expectativa de que a cobertura seja altamente eficaz;
- A eficácia da cobertura possa ser mensurada de forma confiável; e,
- A cobertura é avaliada numa base contínua e efetivamente determinada como sendo altamente efetiva ao longo do período da vida útil da estrutura de *hedge accounting*.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia possui instrumento derivativo classificado como *hedge* de valor justo relacionado à *swap* de taxa de juros para cobertura contra a exposição a mudanças no valor justo do seu empréstimos captados nos termos da Lei nº 4131 (notas 13(c) e 28). Essa operação foi classificada como *hedge* de valor justo ("*fair value hedge*").

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação ou designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia e/ou suas controladas gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Companhia e/ou suas controladas. Após reconhecimento inicial, as mudanças do valor justo do instrumento de *hedge* e as mudanças do valor justo do item objeto de *hedge* atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na linha da demonstração de resultado relacionada ao item objeto de *hedge*.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Caixa e bancos	681	599	756	628
Aplicações financeiras (i)	179.042	39.735	326.710	54.355
	179.723	40.334	327.466	54.983

As aplicações financeiras estão mensuradas ao valor justo através do resultado e possuem liquidez diária.

i) A composição das aplicações financeiras é como segue:

	% do CDI	Controladora		Consolidado	
		30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
CDB	97,5% a 103,0%	66.210	39.735	213.878	54.355
Compromissada	100,5% a 102,0%	112.832	-	112.832	-
		179.042	39.735	326.710	54.355

A análise da administração da Companhia quanto à exposição desses ativos a riscos de taxas de juro, dentre outros, são divulgadas na nota explicativa 28 (c).

Notas Explicativas

5 Contas a receber

As contas a receber estão compostas como a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Contas a receber serviços de construção (a)	4.662.866	4.401.528	6.325.001	5.405.440
Contas a receber serviços de O&M (b)	238.831	175.510	242.441	175.912
Termo de confissão de dívida e acordo de pagamento (c)	18.589	68.347	18.589	68.347
	4.920.286	4.645.385	6.586.031	5.649.699
Circulante	1.557.763	1.413.681	1.598.874	1.424.390
Não circulante	3.362.523	3.231.704	4.987.157	4.225.309

- (a) Refere-se ao valor a receber referente aos serviços de construção, ampliação e reforço das instalações de transmissão de energia elétrica e inclui a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão e ao qual a Companhia terá direito de receber caixa ou outro ativo financeiro, ao término da vigência do contrato de concessão. São remunerados pela taxa efetiva de juros apurada para cada contrato de concessão.
- (b) Refere-se à parcela do faturamento mensalmente informado pelo ONS destacada para remuneração dos serviços de operação e manutenção, com prazo médio de recebimento inferior a 60 dias.
- (c) Em 13 de janeiro de 2009, a Companhia assinou “termo de confissão de dívida e acordo de pagamento” com distribuidoras que apresentavam contas a receber vencidas. Este acordo prevê o recebimento do saldo em 36 parcelas. Até setembro de 2011, todas as parcelas foram recebidas conforme previsto.

Esses ativos financeiros estão classificados como empréstimos e recebíveis.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
A vencer	4.897.316	4.628.894	6.563.061	5.633.208
Vencidos				
até 30 dias	995	1.498	995	1.498
de 31 a 60 dias	383	846	383	846
há mais de 61 dias	21.592	14.147	21.592	14.147
	22.970	16.491	22.970	16.491
	4.920.286	4.645.385	6.586.031	5.649.699

Alguns participantes do sistema estão questionando judicialmente os saldos faturados referente à Rede Básica. Em virtude dessa discussão, estão efetivando depósitos judiciais dos valores considerados devidos por estes participantes. A Companhia acredita que os valores faturados estão de acordo com as autorizações das entidades regulatórias e, desta maneira, não registram nenhuma provisão para perda relacionada a estas discussões.

Notas Explicativas

A Companhia não apresenta histórico de perdas em contas a receber, que são garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) ou diretamente pela Companhia e, portanto, não constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa.

6 Valores a receber – Secretaria da Fazenda – controladora e consolidado

			30.09.2011	31.12.2010
	Circulante	Não circulante	Total	Total
Contrato de reconhecimento e consolidação de obrigações (a)	17.219	-	17.219	30.069
Alienação de imóvel (b)	3.579	-	3.579	6.250
Processamento da folha de pagamento – Lei 4.819/58 (c)	-	619.764	619.764	533.866
Processos trabalhistas – Lei 4.819/58 (d)	-	151.354	151.354	133.882
Salário-família – Lei 4.819/58 (e)	-	2.218	2.218	2.218
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (e)	-	(2.218)	(2.218)	(2.218)
	20.798	771.118	791.916	704.067

- (a) Em 02 de maio de 2002, foi assinado Instrumento de Reconhecimento e Consolidação de Obrigações, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia dos valores correspondentes aos desembolsos originalmente efetuados pela CESP, no período de 1990 a 1999, para pagamento de folhas de complementações de aposentadorias e pensões, decorrentes de benefícios nos termos da Lei Estadual 4.819/58, estando o montante então confessado atualizado até janeiro de 2002, de acordo com a variação da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo - UFESP, e a partir de fevereiro de 2002, de acordo com a variação mensal do IGP-M, acrescida de 6% ao ano. O ressarcimento dar-se-á em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012.
- (b) Em 31 de julho de 2002, foi assinado Instrumento Particular de Transação, com promessa de alienação de imóvel, reconhecimento de obrigações e compromisso de pagamento, com a Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda, em que o Estado reconhece e confessa ser devedor à Companhia de montante correspondente ao valor de mercado da totalidade da área do imóvel ocupado pelo Estado, utilizado, parcialmente, para a construção de unidades prisionais. O Estado comprometeu-se, portanto, a ressarcir a Companhia do total mencionado em 120 parcelas mensais, tendo início em 01 de agosto de 2002 e término previsto para 01 de julho de 2012, com atualização de acordo com a variação mensal do IGP-M acrescida de juros de 6% ao ano.
- (c) O montante de R\$ 619.764 refere-se ao saldo remanescente do processamento da folha de pagamento do plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58, sendo R\$ 1.426 através de liminares individuais no período de janeiro a agosto de 2005 e R\$ 618.338 no período de setembro de 2005 a setembro de 2011 por força de decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, cujos pagamentos são efetuados pela Fundação CESP, mediante parte dos recursos recebidos do Governo do Estado e parte repassados pela Companhia (Nota 32 (d)). Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.
- (d) Referem-se a determinadas ações trabalhistas quitadas pela Companhia, relativas a empregados aposentados sob o amparo da Lei Estadual 4.819/58, que são de responsabilidade do Governo do Estado. Sobre esse saldo não é aplicada atualização monetária e não é registrado qualquer tipo de rendimento até que estes sejam aprovados pelo Governo do Estado para efetivo pagamento à Companhia.
- (e) A CESP efetuou adiantamentos para pagamento de despesas mensais referentes a salários-família, decorrentes dos benefícios da Lei Estadual 4.819/58, sendo transferidos à Companhia quando da cisão parcial da CESP. Considerando a expectativa de perda, a Administração constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa, no ativo não circulante, no montante de R\$ 2.218.

Notas Explicativas

Não houve alterações significativas nos andamentos dos respectivos processos em relação a 31 de dezembro de 2010.

7 Tributos e contribuições a compensar

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
COFINS	994	3.211	1.095	3.273
PIS	3.205	790	3.227	803
Imposto de renda	5.377	4.279	7.688	5.619
Contribuição social	760	741	868	776
Outros	460	759	556	759
	10.796	9.780	13.434	11.230

8 Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora – controladora e consolidado

O ágio pago pela ISA Capital no processo de aquisição do controle acionário da CTEEP tem como fundamento econômico a perspectiva de resultados durante o prazo de exploração da concessão e tem origem na aquisição do direito de concessão delegado pelo Poder Público, nos termos da alínea b, do § 2º, do artigo 14 da Instrução CVM nº 247, de 27 de março de 1996, com as alterações introduzidas pela instrução CVM nº 285 de 31 de julho de 1998.

Com o objetivo de evitar que a amortização do ágio afete de forma negativa o fluxo de dividendos aos acionistas, foi constituída uma Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (PMIPL) de sua incorporadora, de acordo com o estabelecido na Instrução CVM nº 349, de 06 de março de 2001.

A amortização do ágio, líquida da reversão da provisão e do crédito fiscal correspondente, resulta em efeito nulo no resultado do exercício e, conseqüentemente, na base de cálculo dos dividendos.

O ágio, que em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$ 689.435, está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, em parcelas mensais e segundo a projeção de rentabilidade futura e, conforme autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 1.164, de 18 de dezembro de 2007, está assim composta:

	Amortização - % a.a.		
	Contrato de concessão		
	Ano	059/2001	143/2001
2008 a 2012	12,20	0,10	12,30
2013 a 2015	12,73	0,02	12,75
2016 a 2031	-	0,25	0,25

Objetivando uma melhor apresentação da situação financeira e patrimonial da Companhia nas informações trimestrais, o valor líquido de R\$ 126.287 (R\$ 147.911 em 31 de dezembro de 2010), que, em essência, representa o crédito fiscal incorporado, foi classificado no balanço no ativo não circulante realizável a longo prazo como benefício fiscal ágio incorporado, com base na expectativa de sua realização.

Notas Explicativas

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

	<u>Ágio</u>	<u>Provisão</u>	<u>Líquido</u>
Saldos em 31.12.2010	435.034	(287.123)	147.911
Realização no período	(63.602)	41.978	(21.624)
Saldos em 30.09.2011	<u>371.432</u>	<u>(245.145)</u>	<u>126.287</u>

9 Cauções e depósitos vinculados – controladora e consolidado

No ativo não circulante, tendo em vista as incertezas quanto ao desfecho das ações objeto de depósitos, a Companhia tem por procedimento mantê-los por seu valor nominal, não registrando nenhum tipo de atualização monetária ou rendimento. O saldo está composto da seguinte forma:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Depósitos judiciais		
Trabalhistas (Nota 18 (b) (i))	45.839	27.914
Previdenciárias – INSS (Nota 18 (b) (iii))	2.745	2.745
Fiscais – COFINS (b)	-	5.668
Autuações – ANEEL (a)	6.076	5.723
Outros	198	198
	<u>54.858</u>	<u>42.248</u>

(a) Referem-se a depósitos com o objetivo de anular autuações da ANEEL:

- (i) Depósito efetuado em 17 de janeiro de 2000, no valor de R\$ 3.040, foi requerido em ação anulatória iniciada pela Companhia contra a ANEEL, decorrente de auto de infração 001/1999-SFE que impôs multa à Companhia sob alegação de prática de violações por dificultar o trabalho de fiscalização relacionado às perturbações decorrentes da interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste; não cumprir as determinações do “relatório de fiscalização”; e não cumprir a incumbência legal de prestar serviço adequado.
- (ii) Depósito efetuado em 29 de agosto de 2008, no valor de R\$ 2.139, com o objetivo de anular a autuação nº 062/2007 referente ao não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizado pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004.
- (iii) Depósito efetuado em 17 de setembro de 2008, no valor de R\$ 544, com o objetivo de anular a autuação nº 001/2008 referente ao não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizado pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005.
- (iv) Depósito efetuado em 18 de abril de 2011, no valor de R\$ 353, com o objetivo de anular a autuação nº 022/10 que impôs multa à Companhia devido à fato ocorrido em 01 de abril de 2009, no setor de 88kV da SE Baixada Santista, consistente em um desligamento automático do banco de transformadores devido ao sobreaquecimento provocado pelo sistema de resfriamento da subestação que teria ocorrido por culpa da Companhia.

(b) Depósito judicial - COFINS

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da ampliação da base de cálculo da COFINS, no montante original de R\$ 11.132, obtendo desfecho favorável, cujo recebimento ocorreu em outubro de 2009. Adicionalmente, em setembro de 2011, a Companhia recebeu o montante de

Notas Explicativas

R\$ 11.594, referente atualização monetária dos depósitos judiciais. A Companhia registrou um ganho no resultado financeiro, uma vez que o montante registrado era de R\$ 5.668 (nota 24).

10 Investimentos

(a) Informações sobre investimentos em controladas

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado dos nove meses
IEMG	30.09.2011	78.855.292	100,0	78.855	51.810	11.769
	31.12.2010	47.313.175	60,0	78.855	85.689	-
Pinheiros	30.09.2011	198.199.000	100,0	198.200	206.692	4.550
	31.12.2010	198.199.000	100,0	198.200	202.142	-
Serra do Japi	30.09.2011	62.448.000	100,0	62.448	65.429	2.460
	31.12.2010	19.348.000	100,0	19.348	19.869	-

Interligação Elétrica de Minas Gerais S.A. (IEMG)

A IEMG foi constituída em 13 de dezembro de 2006, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular a linha de transmissão em 500 kV Neves 1 – Mesquita (Minas Gerais), totalizando 172 km.

Em 2009, a IEMG recebeu autorização para operar comercialmente.

Em correspondência datada de 06 de agosto de 2010, a Cymi Holding S.A. notificou à CTEEP sua intenção em alienar, a um terceiro, pelo preço de R\$ 14.531 mil, sua participação correspondente a 40% do capital social da IEMG. Em reunião do Conselho de Administração da CTEEP realizada em 06 de setembro de 2010, foi aprovado o exercício do direito de preferência na compra de 40% das ações do capital social da IEMG detidos pela Cymi Holding S.A., nos termos e condições da oferta feita por terceiro.

A operação estava condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, dentre elas a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), pelo BNDES e pela ANEEL, ocorridas em 07 de dezembro de 2010, 16 de dezembro de 2010 e 21 de dezembro de 2010, respectivamente. Além das aprovações mencionadas, dentre as condições suspensivas figuravam determinados documentos que seriam providenciados pela vendedora e que foram apresentados em 28 de janeiro de 2011.

Após o cumprimento de todas as condições suspensivas, em 03 de fevereiro de 2011 a CTEEP pagou, à vista, pela aquisição da participação na IEMG o valor de R\$ 15.283, correspondente ao preço ofertado atualizado monetariamente.

A administração julgou o valor ofertado por terceiro como sendo o valor justo dos ativos líquidos da IEMG.

	R\$ mil
Valor ofertado por terceiro	15.283
Participação negociada	40%
Valor ofertado equivalente a 100%	38.206

Notas Explicativas

Nesse sentido, a Companhia reavaliou sua participação anterior de 60% no capital social da IEMG pelo valor justo na data da aquisição, como se o montante de R\$ 38.206 fosse ofertado para 100% da participação no capital social, e reconheceu no resultado do 2º trimestre de 2011, a perda resultante:

	<u>R\$ mil</u>
Valor justo dos ativos líquidos	38.206
Participação anterior	<u>60%</u>
Valor justo do investimento (A)	<u>22.924</u>
	<u>R\$ mil</u>
Ativos líquidos (data base 31 de dezembro de 2010).	85.690
Participação anterior da CTEEP	<u>60%</u>
Valor contábil do investimento (B)	<u>51.414</u>
Perda na aquisição do controle da IEMG (B - A)	<u>28.490</u>

Como resultado dessa operação o saldo do investimento da Companhia na IEMG na data da transação passou a ser o valor justo, ou seja, R\$ 38.206, diferenciando-se do valor contábil do patrimônio líquido da IEMG.

Os valores justos dos ativos e passivos identificáveis adquiridos da IEMG são os seguintes:

	<u>Contábil 31.12.2010</u>	<u>Ajustes valor justo</u>	<u>Valor justo dos ativos líquidos</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.436	-	5.436
Contas a receber	10.898	-	10.898
Outros ativos circulantes	545	-	545
Contas a receber - concessão	150.341	(68.342)	81.999
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	24.461	24.461
Outros ativos não circulantes	<u>2.977</u>	<u>-</u>	<u>2.977</u>
	<u>170.197</u>	<u>(43.881)</u>	<u>126.316</u>
Empréstimos e financiamentos	(5.291)	-	(5.291)
Fornecedores	(1.428)	-	(1.428)
Outros passivos circulantes	(1.045)	-	(1.045)
Empréstimos e financiamentos - não circulante	(57.425)	-	(57.425)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.778)	-	(3.778)
PIS e COFINS diferidos	(15.540)	-	(15.540)
Provisões para contingências	<u>-</u>	<u>(3.603)</u>	<u>(3.603)</u>
	<u>(84.507)</u>	<u>(3.603)</u>	<u>(88.110)</u>
	<u>85.690</u>	<u>(47.484)</u>	<u>38.206</u>

A metodologia utilizada pela Companhia para determinação do valor justo do contas a receber da concessão foi o fluxo de caixa futuro descontado pela taxa efetiva de juros efetiva na data da aquisição.

Interligação Elétrica Pinheiros S.A. (Pinheiros)

A Pinheiros foi constituída em 22 de julho de 2008, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público

Notas Explicativas

de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes E, H e K do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Lote	Composição	Tensão (kV)
E	Linha de transmissão Interlagos – Piratininga II (SP) Subestação Piratininga II (SP)	345 345/138/88
H	Subestações Mirassol II, Getulina e Araras (SP)	440/138
K	Subestação Atibaia II (SP)	345/138

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 355,1 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 23,0 milhões (nota 1.2). A subestação de Araras entrou em operação em 05 de setembro de 2010. A subestação Getulina entrou em operação em 10 de março de 2011, a subestação de Mirassol entrou em operação em 17 de abril de 2011. As demais possuem as respectivas entradas em operação previstas para ocorrer a partir do 4º trimestre de 2011.

Interligação Elétrica Serra do Japi S.A. (Serra do Japi)

A Serra do Japi foi constituída em 01 de julho de 2009, com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as subestações Jandira e Salto arrematadas no Lote I do Leilão nº 001/2009 da ANEEL.

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 182,3 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 25,2 milhões (nota 1.2). A entrada em operação está prevista para ocorrer a partir do 4º trimestre de 2011.

(b) Informações sobre investimentos em controladas em conjunto

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Patrimônio líquido	Resultado dos nove meses
IENNE	30.09.2011	81.079.000	25,0	324.314	368.601	30.414
	31.12.2010	81.079.000	25,0	324.314	338.188	-
IESUL	30.09.2011	56.400.999	50,0	112.802	118.754	3.886
	31.12.2010	44.135.999	50,0	88.272	90.339	-
IEMadeira	30.09.2011	346.800.051	51,0	680.000	722.935	33.112
	31.12.2010	123.164.490	51,0	241.499	251.321	-

Interligação Elétrica Norte e Nordeste S.A. (IENNE)

A IENNE foi constituída em 03 de dezembro de 2007 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão Colinas (Tocantins) – Ribeiro Gonçalves (Piauí) e Ribeiro Gonçalves – São João do Piauí (Piauí), ambas em 500 kV, totalizando 720 km.

Em 2011, a IENNE recebeu autorização para operar comercialmente.

Interligação Elétrica Sul S.A. (IESUL)

A IESUL foi constituída em 23 de julho de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes F e I do Leilão nº 004/2008 da ANEEL:

Notas Explicativas

Lote	Composição	Tensão (kV)
F	Linha de transmissão Nova Santa Rita – Scharlau (RS) Subestação Scharlau (RS)	230 230/138
I	Linha de transmissão Joinville Norte (SC) – Curitiba C2 (PR) Linha de transmissão Jorge Lacerda B – Siderópolis C3 (SC) Subestação Forquilha (SC)	230 230 230/69

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 188,7 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 12,5 milhões (nota 1.2). A Linha de Transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a Subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010. As demais possuem as respectivas entradas em operação previstas para ocorrer a partir do 4º trimestre de 2011.

Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira)

A IEMadeira foi constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL:

Lote	Descrição	Prazo (meses)
D	Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, nº 01, Em CC, 2375 Km	36
F	Estação retificadora nº 02 CA/CC, 3150 MW; Estação Inversora nº 02 CC/CA, 2950 MW	50

Esse projeto tem investimento estimado em R\$ 3.169,3 milhões e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 328,0 milhões (nota 1.2), base novembro de 2008. A entrada em operação das respectivas instalações está prevista para ocorrer em meados de 2012 (lote D) e 2013 (lote F).

(c) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2010	Integrali- zação de capital	Equivalência Patrimonial	Perda na aquisição de controle	Reversão provisão perda	Aquisição de participação	Saldos em 30.09.2011
IEMG	51.414	-	11.769	(28.490)	1.834	15.283	51.810
Pinheiros Serra do	202.142	-	4.550	-	-	-	206.692
Japi	19.869	43.100	2.460	-	-	-	65.429
IENNE	84.547	-	7.603	-	-	-	92.150
IESUL	45.169	12.265	1.943	-	-	-	59.377
IEMadeira	128.173	223.636	16.888	-	-	-	368.697
	531.314	279.001	45.213	(28.490)	1.834	15.283	844.155

Notas Explicativas**11 Imobilizado**

Refere-se, substancialmente, a bens móveis utilizados pela Companhia e não vinculados ao contrato de concessão

					Controladora
					Taxas médias anuais de depreciação
		30.09.2011	31.12.2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	-%
Máquinas e equipamentos	9.783	(4.666)	5.117	4.685	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(2.897)	251	818	20,0%
Móveis e utensílios	2.605	(933)	1.672	1.708	10,0%
Veículos	1.466	(744)	722	943	21,0%
Outros	1.108	(256)	852	890	4,0%
	18.110	(9.496)	8.614	9.044	
Consolidado					
					Taxas médias anuais de depreciação
		30.09.2011	31.12.2010		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	- %
Máquinas e equipamentos	9.915	(4.705)	5.210	4.775	16,0%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	3.148	(2.897)	251	818	20,0%
Móveis e utensílios	2.705	(954)	1.751	1.768	10,0%
Veículos	1.466	(744)	722	943	21,0%
Outros	1.108	(256)	852	890	4,0%
	18.342	(9.556)	8.786	9.194	

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

					Controladora
	Saldos em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 30.09.2011
Máquinas e equipamentos	4.685	1.713	(1.265)	(16)	5.117
Benfeitorias em imóveis de terceiros	818	-	(567)	-	251
Móveis e utensílios	1.708	150	(185)	(1)	1.672
Veículos	943	-	(221)	-	722
Outros	890	-	(38)	-	852
	9.044	1.863	(2.276)	(17)	8.614

Notas Explicativas

					Consolidado
	Saldos em 31.12.2010	Adições	Depreciação	Baixas	Saldos em 30.09.2011
Máquinas e equipamentos	4.775	1.733	(1.282)	(16)	5.210
Benfeitorias em imóveis de terceiros	818	-	(567)	-	251
Móveis e utensílios	1.768	174	(190)	(1)	1.751
Veículos	943	-	(221)	-	722
Outros	890	-	(38)	-	852
	9.194	1.907	(2.298)	(17)	8.786

12 Intangível - controladora e consolidado

Refere-se, substancialmente, aos gastos incorridos no projeto de implantação/estruturação do ERP-SAP, com exceção dos gastos de treinamento que foram registrados no resultado. O projeto que teve início em abril de 2008 e conclusão em fevereiro de 2009, está sendo amortizado, linearmente, no prazo de 5 anos.

A movimentação do intangível, controladora e consolidado, é como segue:

Saldo em 31.12.2010	9.944
Adições	2.138
Amortização	(2.432)
Transferência	146
Saldo em 30.09.2011	9.796

13 Empréstimos e financiamentos

A composição dos saldos de empréstimos e financiamentos é como segue:

			Controladora	
			30.09.2011	31.12.2010
Moeda nacional	Encargos	Vencimento		
BNDES (a) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	351.410	421.146
BNDES (a) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	210.417	160.605
Notas Promissórias				
4ª emissão (b) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	216.998	-
5ª emissão (b) (iii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	308.237	-
Eletrobras		15.11.2021	407	441
Arrendamentos mercantis financeiros			726	1.702
			1.088.195	583.894
Circulante			678.080	133.317
Não circulante			410.115	450.577

Notas Explicativas

			Controladora	
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)	Encargos	Vencimento	30.09.2011	31.12.2010
CCB Internacional (c)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	119.754	-
			119.754	-
Circulante			1.639	-
Não circulante			118.115	-
			Consolidado	
Moeda nacional	Encargos	Vencimento	30.09.2011	31.12.2010
BNDES (a) (i)	2,3% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	351.410	421.146
BNDES (a) (ii)	1,8% a.a. acima da TJLP	15.06.2015	210.417	160.605
BNDES (a) (iii)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.04.2023	58.889	37.630
BNDES (a) (iv)	2,8% a.a. acima da TJLP	15.01.2012	217.147	185.134
BNDES (a) (v)	2,4% a.a. acima da TJLP	15.05.2025	9.671	-
BNDES (a) (vi)	2,6% a.a. acima da TJLP	15.05.2026	123.932	-
Notas Promissórias				
4ª emissão (b) (i)	CDI + 0,4% a.a.	12.01.2012	216.998	-
5ª emissão (b) (ii)	CDI + 0,4% a.a.	05.07.2012	308.237	-
Banco Bradesco (d)	CDI + 2,0% a.a.	-	2.969	1.396
Banco do Nordeste (e)	10% a.a.	19.05.2030	55.748	56.094
Citibank (f)	CDI + 1,5% a.a.	11.03.2011	-	8.297
Banco do Brasil (g)	CDI + 5,5% a.a.	20.10.2011	40.645	-
Eletrobras		15.11.2021	407	441
Arrendamentos mercantis financeiros			726	1.702
			1.597.196	872.445
Circulante			946.657	332.413
Não circulante			650.539	540.032
			Consolidado	
Moeda estrangeira com contabilidade de cobertura (Hedge)	Encargos	Vencimento	30.09.2011	31.12.2010
CCB Internacional (c)	Variação US\$ + 4% a.a.	26.04.2013	119.754	-
			119.754	-
Circulante			1.639	-
Não circulante			118.115	-

Notas Explicativas

(a) BNDES

- (i) Em 17 de setembro de 2007, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES no montante de R\$ 764,2 milhões, reduzido para R\$ 601,7 milhões em dezembro de 2008. O valor corresponde a 70,0% do investimento total realizado, que inclui obras de melhoria sistêmica, reforços, modernizações do sistema de transmissão existente e novos projetos, e é parte do Plano de Investimentos Plurianual 2006/2008. A amortização está sendo em 78 parcelas mensais a partir de janeiro de 2009. Como garantia, a Companhia ofereceu fianças bancárias contratadas com vigência até 15 de dezembro de 2015, junto aos bancos Bradesco, Santander e Banco do Brasil, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (ii) Em 18 de novembro de 2008, a CTEEP assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 329,1 milhões. Foram liberados R\$ 160,0, R\$ 74,4 e R\$ 10,5 milhões em 27 de janeiro de 2010, 28 de abril de 2011 e 23 de maio de 2011, respectivamente e as demais liberações estão previstas para os próximos trimestres. O valor destina-se a cobrir os investimentos em reforços, modernizações do sistema existente e novas conexões a serem efetuadas entre jan/09 e dez/10. A amortização será em 54 parcelas mensais a partir de janeiro de 2011, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia, a Companhia ofereceu fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2015 junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,2% a.a, com vencimentos trimestrais. Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida líquida/EBITDA = 3,5 e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) = 0,6.
- (iii) Em 14 de janeiro de 2009, a controlada IEMG assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 70,6 milhões, cujo valor foi liberado em 27 de março de 2009. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 50,0% da Linha de Transmissão (LT) entre as subestações Neves 1 e Mesquita. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de maio 2009. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 18 de março de 2010, junto ao banco HSBC. Em 18 de fevereiro de 2010, foi assinado aditivo ao contrato de fiança bancária prorrogando sua vigência para 15 de março de 2011. A necessidade de fiança bancária foi dispensada pelo HBSC, tendo em vista que a IEMG alcançou o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD em 1,3 e atendeu a condição do contrato de financiamento.
- (iv) Em 11 de agosto de 2010, a controlada IEMMadeira assinou contrato de empréstimo com o BNDES, nos valores de R\$ 292,6 e R\$ 108,7 milhões. Foram liberados R\$ 163,0, R\$ 110,0, R\$ 37,7, R\$ 36,7 e R\$ 40,0 milhões em 30 de agosto, 26 de outubro, 24 de novembro e 27 de dezembro de 2010 e 27 de junho de 2011 respectivamente e as demais liberações estão previstas para os próximos trimestres. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização será em parcela única juntamente com os encargos em 15 de janeiro de 2012. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de junho de 2011, junto aos bancos Bradesco, Banco Espírito Santo - BES e Santander, ao custo de 0,7% a.a., com vencimentos mensais. Em 12 de abril de 2011 a fiança bancária teve sua vigência prorrogada para 15 de março de 2012.
- (v) Em 21 de dezembro de 2010, a controlada IESUL assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 18,1 milhões, cujo valor foi liberado em 24 de fevereiro de 2011. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de concessão. A amortização é feita em 168 parcelas mensais a partir de 15 de junho de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 21 de dezembro de 2012, junto ao Banco do Brasil, ao custo de 0,95% a.a., com vencimentos semestrais. A IESUL precisa manter durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.
- (vi) Em 30 de dezembro de 2010, a controlada Pinheiros assinou contrato de empréstimo com o BNDES no montante de R\$ 119,9 milhões. Em 28 de janeiro de 2011 foram liberados R\$ 91,3 milhões e as demais liberações estão previstas para o próximo trimestre. O recurso destina-se a financiar a construção das Linhas de Transmissão e Subestações constantes nos contratos de

Notas Explicativas

concessão. A amortização será em 168 parcelas mensais a partir de 15 de setembro de 2011. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 18 de abril de 2012, junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo de 0,65% a.a., com vencimentos trimestrais. A Pinheiros precisa manter, durante todo o período de amortização e após a liberação das fianças o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD de no mínimo 1,3, apurado anualmente.

(b) Notas promissórias

(i) 4ª Emissão – emitidas em 17 de janeiro de 2011, no montante de R\$ 200,0 milhões e com vencimento em 12 de janeiro de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 132 mil e, em conformidade com o CPC 08, foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

(ii) 5ª Emissão - emitidas em 11 de julho de 2011, no montante de R\$ 300,0 milhões e com vencimento em 05 de julho de 2012. Os encargos nominais correspondem ao CDI + 0,4% a.a. Os custos de emissão dessas notas promissórias totalizaram R\$ 190 mil e, em conformidade com o CPC 08, foram registrados deduzindo o valor de captação e apropriados ao resultado no prazo da transação. Não foram oferecidas garantias para as notas promissórias.

As notas promissórias emitidas pela controlada IEMadeira em 18 de maio de 2011, no montante de R\$ 180,0 milhões, foram liquidadas em 15 de setembro de 2011.

As notas promissórias emitidas pela controlada Serra do Japi em 27 de abril de 2011, no montante de R\$ 70,0 milhões, foram liquidadas em 27 de julho de 2011.

(c) Em 20 de abril de 2011, a CTEEP assinou o contrato de cédula de crédito bancária internacional com o banco Itaú BBA Nassau, nos termos da Lei nº 4131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 63.694.267,52 com a remuneração de variação cambial (VC) + 4% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o banco Itaú BBA com o Notional de R\$ 100,0 milhões e o fator de correção a 103,50% do CDI. Os efeitos da contratação do instrumento estão descritos na nota 28. A operação tem o vencimento final em 26 de abril de 2013. O banco Itaú BBA possui como garantia, os direitos creditórios decorrentes de eventual saldo do ajuste positivo da operação de *Swap*.

(d) Conta garantida com limite de R\$ 20,0 milhões da controlada IENNE junto ao Banco Bradesco S.A. Os encargos nominais correspondem a 100,0% do CDI.

(e) Em 19 de maio de 2010, a controlada IENNE assinou contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 220,0 milhões, cujo valor foi liberado nas datas de 20 e 30 de julho, 03 de setembro e 11 de outubro de 2010. O recurso destina-se a financiar, aproximadamente, 40% da Linha de Transmissão, entre as subestações de Colinas do Tocantins a São João do Piauí. A amortização será em 216 parcelas mensais a partir de junho de 2012, sendo que, até o início da amortização, os encargos serão pagos trimestralmente. Como garantia foi oferecida fiança bancária contratada com vigência até 15 de julho de 2011, junto ao banco Bradesco S.A., ao custo de 1,8% a.a., com vencimentos trimestrais. Em 09 de junho de 2011 a fiança bancária teve seu vencimento prorrogado para 08 de julho de 2012.

(f) Em 04 de agosto de 2010, a controlada IESUL assinou contrato de cédula de crédito bancário com o banco Citibank S.A., com um limite de R\$ 17,0 milhões e liquidada em 03 de março de 2011. Os encargos incidentes sobre esta operação foram pagos mensalmente.

(g) Em 25 de julho de 2011, a controlada Serra do Japi assinou contrato de cédula de crédito bancário com o Banco do Brasil S.A., com um limite de R\$ 40,0 milhões, com vencimento em 20 de outubro de 2011. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos mensalmente.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
2012	37.336	128.771	44.793	132.449
2013	266.971	128.671	286.113	132.963
2014	149.164	128.626	169.411	133.201
2015	74.565	64.316	95.103	69.183
2016	43	42	20.833	5.161
Após 2016	151	151	152.401	67.075
	528.230	450.577	768.654	540.032

14 Debêntures

	Vencimento	Quantidade	Encargos	Controladora		Consolidado	
				30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
1ª série	15.12.2014	49.100	CDI + 1,3% a.a.	507.100	490.405	507.100	490.405
2ª série	15.12.2017	5.760	IPCA + 8,1% a.a.	64.911	65.388	64.911	65.388
Série única IEMadeira	15.09.2012	420	CDI + 6,5% a.a.	-	-	205.141	-
				572.011	555.793	777.152	555.793
Circulante				18.513	2.154	223.654	2.154
Não circulante				553.498	553.639	553.498	553.639

Em dezembro de 2009, a CTEEP emitiu 54.860 debêntures no montante total de R\$ 548,6 milhões, com entrada do recurso em janeiro de 2010. A 1ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de dezembro de 2012, de 2013 e de 2014; e a remuneração será paga semestralmente, nos dias 15 de junho e de dezembro de cada ano, tendo a terceira ocorrida em 15 de junho de 2011.

A 2ª série terá amortizações nas seguintes datas: 15 de junho de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017; e a remuneração será paga nas seguintes datas: 15 de junho de 2011, de 2012, de 2013, de 2014, 15 de dezembro de 2015, de 2016 e de 2017, tendo a primeira ocorrida em 15 de junho de 2011.

Os indicadores financeiros estabelecidos no contrato são: Dívida Líquida/EBITDA = 3,5 e EBITDA/Resultado financeiro = 3,0.

Em setembro de 2011, a IEMadeira emitiu 420 debêntures no montante total de R\$ 420,0 milhões, com entrada do recurso de 400 debêntures em 15 de setembro de 2011 e 20 debêntures em 03 de outubro de 2011. Estas debêntures estão previstas para serem resgatadas em sua totalidade com recursos provenientes da contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES.

Todas as exigências e cláusulas restritivas (covenants) estabelecidas nos contratos estão sendo devidamente observadas e cumpridas pela Companhia e suas controladas até a presente data.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas a longo prazo estão distribuídos como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
2012	163.535	168.092	163.535	168.092
2013	163.204	163.206	163.204	163.206
2014	178.021	176.878	178.021	176.878
2015	16.245	15.153	16.245	15.153
2016	16.245	15.155	16.245	15.155
Após 2016	16.248	15.155	16.248	15.155
	553.498	553.639	553.498	553.639

15 Tributos e encargos sociais a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Imposto de renda	53.465	45.952	53.793	45.952
Contribuição social	19.404	16.633	19.525	16.633
COFINS	7.797	7.141	8.306	7.210
PIS	1.691	1.549	1.802	1.564
Programa bolsa estudos (i)	1.039	1.542	1.039	1.542
INSS	6.053	6.014	6.410	6.206
ISS	2.006	3.630	2.347	3.936
Outros	5.378	5.270	6.066	5.702
	96.833	87.731	99.288	88.745

- (i) Refere-se a obrigações assumidas pela Companhia, em acordo firmado com os sindicatos, com vistas a reembolsar seus empregados de custos a conclusão de sua formação no ensino fundamental, médio e superior.

16 Impostos parcelados – Lei nº 11.941 – controladora e consolidado

Devido a questões relacionadas ao modo de preenchimento, a Companhia retificou as declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTFs) referentes aos anos de 2004 a 2007, apurando um débito referente, substancialmente, às contribuições ao PIS e à COFINS. Para a quitação do débito a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, pagando R\$ 141.162, em 30 de novembro de 2009, com benefício de redução da multa e juros no montante de R\$ 42.257. O saldo remanescente será pago em 180 meses a partir de novembro de 2009.

Em 30 de junho de 2011, a Companhia consolidou os débitos tributários perante a Receita Federal e optou pelo parcelamento em 180 meses para cálculo das parcelas a serem pagas a partir de 30 de junho de 2011. Do total de parcelas acima foram deduzidas as antecipações feitas no período de 30 de novembro de 2009 a 31 de maio de 2011 e que representavam 19 parcelas já pagas. Após as deduções das antecipações foram geradas 161 parcelas para serem pagas a partir de 30 de junho 2011, no montante de R\$ 975, sujeitas a atualização monetária com base na SELIC acumulada contado a partir de dezembro de 2009 até o mês do efetivo pagamento com o acréscimo de 1% da SELIC do mês, totalizando R\$ 155.979.

Em virtude da opção de pagamento em 180 meses a Companhia gerou uma receita de redução de multa e juros no valor de R\$ 21.013 sobre o valor total devido. Esta receita para fins de imposto de renda e contribuição social não integrará o resultado tributável da empresa conforme Lei 11.941/09.

Notas Explicativas

A movimentação no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 é a seguinte:

Saldo em 31.12.2010	155.317
Multa e juros sobre o débito	26.675
Redução de multa e juros (benefício do REFIS)	(21.013)
Pagamentos efetuados	(3.951)
	157.028
Circulante	12.002
Não circulante	145.026

17 Encargos regulatórios a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	47.271	39.033	47.515	39.114
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.161	2.179	2.161	2.179
Conta de Consumo de Combustíveis – CCC	3.054	3.620	3.054	3.620
Reserva Global de Reversão – RGR	2.991	5.443	3.678	5.629
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	1.018	1.143	1.018	1.143
Taxa de fiscalização – ANEEL	-	-	162	48
	56.495	51.418	57.588	51.733
Circulante	54.321	49.244	55.414	49.559
Não circulante	2.174	2.174	2.174	2.174

18 Provisões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Férias e encargos sociais	21.320	16.417	21.907	16.795
Participação nos Lucros e Resultados – PLR	2.716	5.786	2.716	5.786
Programa de Desligamento Voluntário – PDV (a)	10	87	10	87
Contingências (b)	163.945	161.682	163.957	161.682
	187.991	183.972	188.590	184.350
Circulante	24.046	22.284	24.645	22.662
Não circulante	163.945	161.688	163.945	161.688

Notas Explicativas

(a) Programa de Desligamento Voluntário – PDV

A Companhia, que contava com 2.737 empregados em 31 de outubro de 2006, aprovou Programa de Desligamento Voluntário - PDV com período de adesão de 21 a 30 de novembro de 2006, obtendo 1.534 adesões.

Em 30 de setembro de 2011, o saldo remanescente refere-se a provisão para assistência médica e odontológica a que os empregados desligados têm direito por 36 meses após seu desligamento.

(b) Provisão para contingências

Trimestralmente, as contingências são avaliadas e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia. Para as contingências classificadas como perda provável foram constituídas provisão, como demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Trabalhistas (i)	149.805	145.993	149.817	145.993
Cíveis	4.477	3.844	4.477	3.844
Fiscais – IPTU (ii)	7.515	7.527	7.515	7.527
Previdenciárias – INSS (iii)	1.398	3.635	1.398	3.635
ANEEL (iv)	750	683	750	683
	163.945	161.682	163.957	161.682

A Companhia possui ações de natureza tributária, trabalhista e cível, envolvendo riscos de perda que a administração, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, classificou como perda possível, no montante estimado de R\$ 109.389 (31.12.2010 – R\$ 101.252), concentradas principalmente em trabalhistas, para as quais não foi constituída provisão.

(i) Trabalhistas

A Companhia assumiu a responsabilidade por certos processos judiciais, perante diferentes tribunais, advindos principalmente dos processos de cisão parcial da CESP e da EPTE. A Companhia possui depósitos judiciais trabalhistas no montante de R\$ 45.839 (R\$ 27.914 em 31 de dezembro de 2010), conforme nota 9.

(ii) Fiscais - IPTU

A Companhia efetua provisão para fazer face aos débitos junto à prefeitura de diversos municípios do Estado de São Paulo, relacionados a processos de regularização de áreas, no montante de R\$ 7.515.

(iii) Previdenciárias - INSS

Em 10 de agosto de 2001, a Companhia foi notificada pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS por não recolher contribuições sobre remunerações pagas aos empregados, a título de vale-refeição, lanche matinal, cesta-básica e vale transporte, relativas ao período de abril de 1999 a julho de 2001. A Administração iniciou procedimento de defesa efetuando depósito judicial no montante de R\$ 8.243, contabilizado no ativo não circulante, na rubrica “Cauções e depósitos vinculados”. Em janeiro de 2010, transitou em julgado decisão desfavorável à Companhia nos processos relacionados à vale-refeição, lanche matinal e parte da cesta básica, permanecendo os demais em andamento. Consequentemente, a parcela correspondente aos valores depositados judicialmente, no montante de R\$ 5.498, foram revertidos à União e baixados contra o resultado, considerando que não havia sido constituída provisão para essa contingência.

Notas Explicativas

(iv) ANEEL

A Companhia foi notificada pela ANEEL pelo não cumprimento da data fixada para instalação do 3º banco de transformadores 345/88 kV da SE Baixada Santista, autorizada pela Resolução ANEEL nº 197 de 04/05/2004 com multa no valor de R\$ 1.981, e pelo não cumprimento da data fixada para a entrada em operação da Linha de Transmissão, em 345 kV, Guarulhos - Anhanguera, autorizada pela Resolução Autorizativa nº 064/2005 de 31/01/2005 com multa no valor de R\$ 886, perfazendo o total de R\$ 2.867. Em 30 de junho de 2010, a provisão foi revertida contra o resultado.

Adicionalmente, a Companhia mantém provisão referente às verbas sucumbenciais do auto de infração da ANEEL 001/1999-SFE que impôs multa, relacionada a interrupção da transmissão e distribuição de energia elétrica em grande parte das Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, sob alegação de prática das seguintes violações: a) dificultar o trabalho de fiscalização; b) não cumprimento das determinações do relatório de fiscalização; e c) não cumprimento da incumbência legal de prestar serviço adequado.

19 Valores a pagar – Fundação CESP

A Companhia patrocina planos de complementação e suplementação de aposentadoria e pensão e de assistência médica mantidos junto à Fundação CESP.

(a) Plano “A” - complementação de aposentadorias

Regido pela Lei Estadual 4.819/58, que se aplica aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, prevê benefícios de complementação de aposentadorias e pensão, licença-prêmio e salário-família. Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de total responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, portanto, sem risco e custo adicional para a Companhia (Nota 32).

(b) Plano “B” e “B1” - suplementação de aposentadorias

Os Planos “B” e “B1”, regidos pela Lei 6.435/77 e administrados pela Fundação CESP, têm por entidade patrocinadora a própria Companhia, proporcionando benefícios de suplementação de aposentadorias e pensão, cujas reservas são determinadas pelo regime financeiro de capitalização.

O chamado Plano “B” refere-se a Benefício Suplementar Proporcional Saldado - BSPS, calculado nas datas de 31 de dezembro de 1997 (CTEEP) e 31 de março de 1998 (EPTE), de acordo com o regulamento vigente, sendo o seu equilíbrio econômico-financeiro atuarial equacionado à época. O resultado técnico atuarial anual desse plano (déficit ou superávit) é de responsabilidade integral da Companhia.

Em 01 de janeiro de 1998 (CTEEP) e em 01 de abril de 1998 (EPTE), a Companhia, respectivamente, implantou o Plano “B1”, que define contribuições e responsabilidades paritárias entre a Companhia e os participantes, a fim de manter o equilíbrio econômico-financeiro atuarial do plano. Esse plano proporciona benefícios de aposentadorias e pensão para seus empregados, ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da Previdência Social. O plano tem como característica principal o modelo misto, composto de 70% como Benefício Definido - BD e 30% como Contribuição Definida - CD. Na data da aposentadoria o Plano de Benefícios de Contribuição Definida - CD torna-se de Benefício Definido - BD.

(c) Plano PSAP - Transmissão Paulista

Em 01 de janeiro de 2004, os planos patrocinados pela Companhia, bem como os da extinta EPTE, foram fusionados financeiramente, sendo mantidas as características individuais dos respectivos planos, constituindo-se, assim, o Plano PSAP - Transmissão Paulista.

Durante o trimestre e período de nove meses não houve variação significativa no número de participantes dos planos, nas premissas utilizadas pela Companhia em relação ao informado na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

20 Obrigações especiais – Reversão/Amortização

Referem-se aos recursos derivados da reserva de reversão, amortização e parcela retida na Companhia, das quotas mensais da Reserva Global de Reversão – RGR, relativas a aplicações de recursos em investimentos para expansão do serviço público de energia elétrica e amortização de empréstimos captados para a mesma finalidade, ocorridos até 31 de dezembro de 1971. Não está definida pelo Poder Concedente a forma de liquidação dessas obrigações.

21 Patrimônio Líquido

(a) Capital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é de R\$ 1.469.090, sendo R\$ 615.696 em ações ordinárias e R\$ 853.394 em ações preferenciais, todas nominativas escriturais e sem valor nominal.

O capital social subscrito e integralizado em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 totaliza R\$ 1.119.911, dividido em 151.828.980 ações, sendo 63.860.513 ordinárias e 87.968.467 preferenciais.

As ações ordinárias conferem ao titular o direito a um voto nas deliberações das assembléias gerais.

As ações preferenciais não possuem direito a voto tendo, no entanto, prioridade no reembolso de capital e no recebimento de dividendos de 10% ao ano, não-cumulativos, calculados sobre o capital integralizado correspondente a essa espécie de ações.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de abril de 2011, re-ratificada em 06 de maio de 2011, foi aprovado aumento de capital social no montante de R\$ 76.673, mediante a emissão privada de 1.508.487 novas ações ao preço unitário de R\$ 51,66 por ação ordinária e R\$ 50,24 por ação preferencial. Do valor total do aumento, R\$ 28.832, equivalentes a 558.113 ações, caberão ao acionista controlador e serão integralizadas mediante a capitalização da reserva de capital (reserva especial de ágio na incorporação) correspondente ao benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (Nota 8) decorrente da reestruturação societária concluída em fevereiro de 2008.

Nos termos do disposto no artigo 171 da Lei nº 6.404/76, foi concedido, aos acionistas, período de 30 dias para exercício do direito de preferência. Encerrado esse período em 26 de maio de 2011, foram subscritas ações conforme a seguir:

	<u>Quantidade</u>	<u>R\$ mil</u>
ON	560.915	28.977
PN	105.596	5.305
	<u>666.511</u>	<u>34.282</u>

Em conformidade com a Instrução CVM nº 400 de 29 de dezembro de 2003 a Companhia está providenciando leilão das 841.976 ações que não foram subscritas.

Em 28 de outubro de 2011 a CVM autorizou o Registro de Oferta Pública das Sobras de Ações da Companhia. O leilão das sobras de ações foi realizado no dia 04 de novembro de 2011 das 16h00 às 16h15 na BM&FBovespa. Os preços mínimos foram os mesmos praticados nas etapas anteriores ao processo de aumento de capital e as quantidades ofertadas correspondem as sobras das ações não subscritas.

Ao final do leilão restaram ações preferenciais não subscritas. Dessa forma, a Companhia concedeu aos seus acionistas que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o direito de rever sua decisão em relação à subscrição das ações, total ou parcialmente, até o dia 11 de novembro de 2011. A apuração do resultado do período de retratação será divulgada ao mercado até o dia 18 de novembro de 2011.

Somente após esse processo, o aumento de capital será homologado e os detentores desses títulos terão os

Notas Explicativas

direitos e deveres de acionistas.

(b) Dividendos e juros sobre capital próprio

Em reuniões realizada em 31 de março de 2011 e 30 de junho de 2011, o Conselho de Administração deliberou sobre o pagamento, em 29 de abril de 2011 e 28 de julho de 2011, de dividendos referentes ao lucro de 2010, no montante de R\$ 181.307, R\$ 16.714, correspondentes a R\$ 1,194154 e R\$ 0,110087 por ação, respectivamente.

O Conselho de Administração deliberou sobre a distribuição de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários como segue:

Data RCA	Juros sobre capital próprio		Dividendos intermediários		Pagamento
	Total	Por ação	Total	Por ação	
31.03.2011	65.693	0,432676	-	-	29.04.2011
30.06.2011	63.461	0,417975	160.525	1,057275	28.07.2011
30.09.2011	61.228	0,403273	172.772	1,137935	31.10.2011
	190.382	1,253924	333.297	2,195210	

O total de dividendos e juros sobre capital próprio pagos em 2011 é de R\$ 673.449.

O saldo de dividendos e juros sobre capital próprio a pagar para partes relacionadas é de R\$ 87.993 (nota 27) e R\$ 152.454 para os demais acionistas.

O estatuto social da Companhia prevê dividendos obrigatórios correspondentes a 10% do capital social, correspondente a R\$ 111,9 milhões, sempre que houver saldo de lucro após a constituição da reserva legal.

(c) Reservas de capital

	30.09.2011	31.12.2010
Subvenções para investimento – CRC (i)	1.264.084	1.264.084
Remuneração das imobilizações em curso (ii)	633.053	633.053
Doações e subvenções para investimentos	150.489	150.489
Incentivos fiscais - FINAM	6.743	6.743
Reserva Especial de Ágio na Incorporação (Nota 8)	176.744	176.744
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.954	666
	2.248.067	2.231.779

(i) Subvenções para investimentos - CRC

A Conta de Resultados a Compensar (CRC) foi instituída pelo Decreto nº 41.019/1957 e pela Lei nº 5.655/1971, para remunerar as concessionárias de energia elétrica por certos investimentos por ela realizados. A Lei nº 8.631/1993 extinguiu a CRC e, posteriormente, a Lei nº 8.724/1993 estabeleceu que os créditos de CRC, fossem registrados no patrimônio líquido como subvenção para investimento à conta de “Reserva de Capital”.

Conforme facultado pelo CPC nº13, a Companhia optou por manter o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 referente à CRC, bem como as demais doações e subvenções para investimentos registrados como reserva de capital no patrimônio líquido, até sua total utilização nas formas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

(ii) Remuneração das imobilizações em curso

Trata-se de créditos resultantes da capitalização da remuneração calculada sobre os recursos de capital próprio utilizados durante a construção de ativos imobilizados, aplicada às obras em andamento e que somente pode ser

Notas Explicativas

utilizada para aumento de capital. A partir de 1999, a Companhia abandonou essa prática, conforme facultado pelo Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

(d) Reservas de lucro

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Reserva legal (i)	215.763	215.763
Reserva estatutária (ii)	111.991	111.991
Reserva de lucros a realizar (iii)	31.606	33.293
Reserva de retenção de lucros (iv)	653.077	653.077
Dividendo adicional proposto	-	198.021
	<u>1.012.437</u>	<u>1.212.145</u>

(i) Reserva legal

Constituída em 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer destinação, até o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva estatutária

O Estatuto Social da Companhia prevê a constituição de reserva para investimento na expansão das atividades à taxa de 20% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, até o limite de 10% do capital social.

(iii) Reserva de lucros a realizar

Os lucros não realizados resultam de saldo credor de correção monetária líquida de balanço até 1995.

Essa reserva é realizada na proporção da depreciação do ativo imobilizado. Os montantes realizados são transferidos para a conta de "Lucros acumulados" mensalmente.

(iv) Reserva de retenção de lucros

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, a parcela remanescente do lucro líquido das distribuições e demais destinações estatutárias foram destinadas a esta reserva para fazer jus ao atendimento ao orçamento de capital, bem como para o capital de giro da Companhia.

(e) Lucro por ação

	<u>30.09.2011</u>	<u>30.09.2010</u>
Lucro básico e diluído por ação		
Lucro líquido – R\$ mil	<u>751.224</u>	<u>641.575</u>
Quantidade média ponderada de ações		
Ordinárias	63.860.513	63.586.803
Preferenciais	<u>87.968.467</u>	<u>87.756.889</u>
	<u>151.828.980</u>	<u>151.343.692</u>
Total do lucro básico e diluído por ação	<u>4,94783</u>	<u>4,23919</u>

Notas Explicativas**22 Receita operacional líquida****22.1 Composição da receita operacional líquida**

	Controladora			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Receita bruta				
Construção (a)	72.140	33.711	231.667	98.542
Operação e Manutenção (a)	121.197	136.534	405.875	314.512
Financeira (b)	527.086	403.333	1.155.106	1.052.451
Aluguéis	3.541	2.974	10.105	9.297
Prestação de serviços	600	626	2.191	2.598
Total da receita bruta	724.564	577.178	1.804.944	1.477.400
Tributos sobre a receita				
COFINS	(35.345)	(27.525)	(84.875)	(63.281)
PIS	(7.668)	(5.972)	(18.212)	(13.725)
ISS	(31)	(32)	(111)	(130)
	(43.044)	(33.529)	(103.198)	(77.136)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(9.583)	(9.436)	(32.476)	(20.925)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.398)	(6.636)	(20.174)	(20.214)
Reserva Global de Reversão – RGR	(12.714)	(11.161)	(38.140)	(33.483)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.706)	(3.752)	(13.417)	(11.250)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(3.007)	(3.484)	(9.356)	(11.584)
	(36.408)	(34.469)	(113.563)	(97.456)
	645.112	509.180	1.588.183	1.302.808

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Receita bruta				
Construção (a)	298.244	146.143	803.318	374.689
Operação e Manutenção (a)	138.338	136.892	425.020	315.551
Financeira (b)	561.489	413.501	1.233.573	1.071.213
Aluguéis	3.541	2.974	10.105	9.297
Prestação de serviços	600	626	2.191	2.598
Total da receita bruta	1.002.212	700.136	2.474.207	1.773.348
Tributos sobre a receita				
COFINS	(56.510)	(36.870)	(135.776)	(85.771)
PIS	(12.262)	(8.001)	(29.263)	(18.610)
ISS	(31)	(32)	(111)	(130)
	(68.803)	(44.903)	(165.150)	(104.511)
Encargos regulatórios				
Conta de Consumo de Combustível – CCC	(9.583)	(9.436)	(32.476)	(20.925)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(6.398)	(6.636)	(20.174)	(20.214)
Reserva Global de Reversão – RGR	(13.099)	(11.194)	(39.080)	(33.614)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(4.788)	(3.775)	(13.652)	(11.308)
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – PROINFA	(3.008)	(3.484)	(9.356)	(11.584)
	(36.876)	(34.525)	(114.738)	(97.645)
	896.533	620.708	2.194.319	1.571.192

(a) Receita de Serviços de Construção e Operação e Manutenção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

22.2 Revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP

Em conformidade com o contrato de concessão nº 59, assinado em 20 de junho de 2001 com a União, por intermédio da ANEEL, a cada quatro anos, após a data de assinatura desse contrato, a ANEEL procederá à revisão periódica da Receita Anual Permitida - RAP de transmissão de energia elétrica referente às instalações de projetos autorizados que entraram em operação comercial após 31 de dezembro de 1999, com o objetivo de promover a eficiência e modicidade tarifária.

Notas Explicativas

A revisão compreende o reposicionamento da receita mediante a determinação:

- a) da base de remuneração regulatória para RBNI;
- b) dos custos operacionais eficientes;
- c) da estrutura ótima de capital e definição da remuneração das transmissoras;
- d) identificação do valor a ser considerado como redutor tarifário – Outras Receitas.

- Primeiro ciclo de revisão tarifária periódica

Por intermédio da Resolução nº 488, de 26 de junho de 2007, foi homologado o resultado da primeira revisão tarifária periódica da Companhia, reduzindo a Receita Anual Permitida – RAP em 26,15%, que foi aplicado sobre as parcelas Rede Básica Novas Instalações - RBNI e Demais Instalações Novos Investimentos - RCDM vigentes em 1º de julho de 2005.

O resultado desse reposicionamento teve seus efeitos retroagidos à data de 1º de julho de 2005. A arrecadação a maior no período de julho de 2005 a 30 de junho de 2007, no montante de R\$ 66.688, foi compensada em 24 (vinte e quatro) meses, por meio do mecanismo contratual da parcela de ajuste.

- Segundo ciclo de revisão tarifária periódica

A revisão periódica prevista contratualmente para ocorrer em julho de 2009 foi postergada para julho de 2010. Em 21 de dezembro de 2009, a ANEEL publicou Resolução Normativa nº 386, que estabelece os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos para realização do Segundo Ciclo de Revisões Tarifárias Periódicas – RTP das concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica.

O artigo 6º da Resolução Normativa nº 386/09, define que o resultado do reposicionamento tarifário terá seus efeitos a partir de 01 de julho de 2009. Considerando tal retroatividade e a redução do custo de capital, para este segundo ciclo, de 9,18% para 7,24%. Ajustes positivos e negativos oriundos do reposicionamento tarifário afetam os fluxos de caixa esperados pela Companhia para os seus ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e, portanto, são reconhecidos como ajustes na receita financeira no período em que ocorrem.

22.3 Parcela Variável – PV e Adicional à RAP

A Resolução Normativa n.º 270, de 9 de julho de 2007, regulamenta a Parcela Variável – PV e o Adicional à RAP. A Parcela Variável é o desconto na RAP das transmissoras em função da indisponibilidade ou restrição operativa das instalações integrantes da Rede Básica. O Adicional à RAP corresponde ao valor a ser acrescentado à receita das transmissoras como incentivo à melhoria da disponibilidade das instalações de transmissão. São reconhecidos como receita de operação e manutenção no período em que ocorrem.

22.4 Reajuste anual da receita

Em 28 de junho de 2011, foi publicada a Resolução Homologatória nº 1.171, estabelecendo as receitas anuais permitidas da CTEEP, pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da Rede Básica e das Demais Instalações de Transmissão, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 01 de julho de 2011 a 30 de junho de 2012.

De acordo com a citada Resolução, a RAP da CTEEP, que era de R\$ 1.760.758 em 01 de julho de 2010, passou para R\$ 2.008.277 em 01 de julho de 2011, apresentando um incremento de R\$ 247.519, equivalente a 14,1%.

A Receita Anual Permitida - RAP da Companhia a ser auferida em duodécimos no período de 01 de julho de 2011 até 30 de junho de 2012 apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Notas Explicativas

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
	1.241.581	314.290	15.925	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.008.277

A Receita Anual Permitida - RAP da Companhia e suas controladas apresenta a seguinte composição, na base junho de 2011:

Contrato de concessão	Rede Básica				Demais Instalações de Transmissão – DIT			Total
	Ativos existentes	Novos investimentos	Licitada	Parcela de ajuste	Ativos existentes	Novos investimentos	Parcela de ajuste	
59/2001	1.241.581	314.290	-	(17.795)	360.076	106.099	(11.767)	1.992.484
143/2001	-	-	15.925	(132)	-	-	-	15.793
004/2007	14.193	-	-	-	-	-	-	14.193
012/2008	-	-	7.386	-	-	-	-	7.386
015/2008	12.491	-	-	-	-	-	-	12.491
018/2008	-	-	3.174	-	-	-	-	3.174
026/2009	-	-	25.200	-	-	-	-	25.200
001/2008	36.435	-	-	-	-	-	-	36.435
013/2008	4.447	-	-	-	-	-	-	4.447
016/2008	8.006	-	-	-	-	-	-	8.006
013/2009	-	-	176.249	-	-	-	-	176.249
15/2009	-	-	151.788	-	-	-	-	151.788
	1.317.153	314.290	379.722	(17.927)	360.076	106.099	(11.767)	2.447.646

Notas Explicativas**23 Custos dos serviços de construção e de operação e manutenção e despesas gerais e administrativas****a) Trimestres findos em 30 de setembro**

	Controladora			
	30.09.2011			30.09.2010
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(45.792)	(9.791)	(55.583)	(52.731)
Serviços	(64.777)	(9.842)	(74.619)	(44.543)
Depreciação	-	(1.570)	(1.570)	(1.478)
Materiais	(33.329)	(281)	(33.610)	(35.548)
Arrendamentos e aluguéis	(1.886)	(1.625)	(3.511)	(2.687)
Contingências	-	(1.035)	(1.035)	(16.114)
Outros	(6.943)	(3.949)	(10.892)	(4.779)
	(152.727)	(28.093)	(180.820)	(157.880)
	Consolidado			
	30.09.2011			30.09.2010
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(45.661)	(10.649)	(56.310)	(54.543)
Serviços	(93.881)	(11.767)	(105.648)	(95.104)
Depreciação	-	(1.582)	(1.582)	(1.489)
Materiais	(210.077)	(435)	(210.512)	(76.582)
Arrendamentos e aluguéis	(1.893)	(1.638)	(3.531)	(2.737)
Contingências	-	(1.035)	(1.035)	(16.114)
Outros	(6.402)	(3.661)	(10.063)	(11.533)
	(357.914)	(30.767)	(388.681)	(258.102)

b) Períodos de nove meses findos em 30 de setembro

	Controladora			
	30.09.2011			30.09.2010
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(123.368)	(28.317)	(151.685)	(144.657)
Serviços	(140.091)	(27.451)	(167.542)	(132.834)
Depreciação	-	(4.708)	(4.708)	(4.401)
Materiais	(144.389)	(776)	(145.165)	(86.095)
Arrendamentos e aluguéis	(6.079)	(3.796)	(9.875)	(7.937)
Contingências	-	(19.223)	(19.223)	(23.549)
Outros	(14.831)	(13.128)	(27.959)	(18.357)
	(428.758)	(97.399)	(526.157)	(417.830)

Notas Explicativas

	Consolidado			
			30.09.2011	30.09.2010
	Custos	Despesas	Total	Total
Pessoal	(125.197)	(31.056)	(156.253)	(149.264)
Serviços	(220.572)	(31.595)	(252.167)	(222.861)
Depreciação	-	(4.733)	(4.733)	(4.422)
Materiais	(566.653)	(1.087)	(567.740)	(210.327)
Arrendamentos e aluguéis	(6.093)	(3.841)	(9.934)	(7.994)
Contingências	-	(19.223)	(19.223)	(23.549)
Outros	(14.997)	(13.977)	(28.974)	(39.012)
	(933.512)	(105.512)	(1.039.024)	(657.429)

24 Resultado financeiro

	Controladora			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	5.987	5.931	11.720	21.217
Juros ativos	6.494	2.439	8.803	7.002
Variações monetárias	-	2.441	-	7.221
Variações cambiais (CCB Internacional)	1.035	-	2.237	-
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional)	17.550	-	18.442	-
Outras	702	413	1.774	1.334
	31.768	11.224	42.976	36.774
Despesas				
Juros passivos	(17.621)	(16.661)	(45.062)	(49.381)
Encargos sobre notas promissórias	(15.040)	-	(25.603)	(7.911)
Encargos sobre debêntures	(17.991)	(15.865)	(51.656)	(41.690)
Encargos CCB Internacional	(597)	-	(2.578)	-
Variações monetárias	(362)	-	(794)	-
Variações cambiais (CCB Internacional)	(19.776)	-	(20.408)	-
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional)	(1.719)	-	(3.829)	-
Outras	(400)	(273)	(1.195)	(1.699)
	(73.506)	(32.799)	(151.125)	(100.681)
	(41.738)	(21.575)	(108.149)	(63.907)

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Receitas				
Rendimento de aplicações financeiras	7.424	7.067	17.945	23.698
Juros ativos	6.494	2.191	8.803	6.755
Variações monetárias	-	2.441	-	7.221
Variações cambiais (CCB Internacional)	1.035	-	2.237	-
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional)	17.550	-	18.442	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	9.950	-	9.950	-
Outras	705	660	1.797	1.581
	<u>43.158</u>	<u>12.359</u>	<u>59.174</u>	<u>39.255</u>
Despesas				
Juros passivos	(24.394)	(19.794)	(68.189)	(58.299)
Encargos sobre notas promissórias	(17.467)	-	(29.392)	(7.911)
Encargos sobre debêntures	(19.132)	(15.865)	(52.797)	(41.690)
Encargos CCB Internacional	(597)	-	(2.578)	-
Variações monetárias	(362)	-	(794)	-
Variações cambiais (CCB Internacional)	(19.776)	-	(20.408)	-
Ajuste de operações de cobertura (Swap - CCB Internacional)	(1.719)	-	(3.829)	-
Ajuste de operações de cobertura (NDF)	-	-	(3.200)	-
Outras	(233)	(2.424)	(9.529)	(4.921)
	<u>(83.680)</u>	<u>(38.083)</u>	<u>(190.716)</u>	<u>(112.821)</u>
	<u>(40.522)</u>	<u>(25.724)</u>	<u>(131.542)</u>	<u>(73.566)</u>

A operação de CCB Internacional, no acumulado de nove meses, apresentou despesa de variação cambial líquida de R\$ 18.171 e encargos 4,0% a.a. de R\$ 2.578. Em contrapartida, o ajuste de *Swap* gerou uma receita líquida de R\$ 14.613 para o mesmo período que mantém o custo a 103,5% do CDI.

Na controlada IEMadeira o ajuste positivo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$ 9.950 e o ajuste negativo acumulado de *Hedge* (NDF) é de R\$ 3.200. Os saldos são proporcionais a participação da Companhia na controlada.

25 Outras receitas (despesas) operacionais

Outras receitas (despesas) operacionais referem-se, substancialmente, à perda na aquisição de controle da IEMG (nota 10 (a)), no montante de R\$ 28.490; à amortização do ágio incorporado da controladora (nota 8), no montante de R\$ 21.624; e à venda de terrenos ocorrida no 3º trimestre de 2011, no montante de R\$ 26.427.

26 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência.

Em virtude do Regime Tributário de Transição (RTT) apenas a Companhia e suas controladas IEMG, IENNE, IESUL e Pinheiros estão apresentando resultados para fins fiscais. Os impostos estão sendo calculados conforme o regime de lucro real, embora as controladas IENNE e IESUL estejam apurando prejuízos fiscais.

A despesa de imposto de renda e contribuição social do exercício pode ser conciliada com o lucro contábil como segue:

Notas Explicativas

	Controladora			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	473.526	327.705	979.556	815.842
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(160.999)	(111.420)	(333.049)	(277.386)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprios	20.838	21.664	64.730	64.112
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS (nota 16))	-	-	7.144	-
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 8)	4.757	4.757	14.272	14.272
Equivalência Patrimonial	10.171	1.581	15.372	4.248
Outros	(3.430)	(277)	3.199	20.487
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(128.663)	(83.695)	(228.332)	(174.267)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(73.334)	(41.729)	(190.956)	(159.958)
Diferido	(55.329)	(41.966)	(37.376)	(14.309)
	(128.663)	(83.695)	(228.332)	(174.267)
Alíquota efetiva	27,2%	25,5%	23,3%	21,4%

Notas Explicativas

	Consolidado			
	Trimestres findos em		Períodos de nove meses findos em	
	30.09.2011	30.09.2010	30.09.2011	30.09.2010
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	488.472	330.216	1.004.339	822.477
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social esperada	(166.080)	(112.273)	(341.475)	(279.642)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças permanentes				
Juros sobre Capital Próprios	20.838	21.664	64.730	64.112
Redução de multa e juros (Benefício do REFIS (nota 16))	-	-	7.144	-
Reversão da Provisão para Manutenção da Integridade do Patrimônio Líquido (nota 8)	4.757	4.757	14.272	14.272
Outros	(3.124)	(354)	2.214	20.356
Despesa de imposto de renda e contribuição social efetiva	(143.609)	(86.206)	(253.115)	(180.902)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(73.799)	(41.729)	(192.022)	(159.958)
Diferido	(69.810)	(44.477)	(61.093)	(20.944)
	(143.609)	(86.206)	(253.115)	(180.902)
Alíquota efetiva	29,4%	26,1%	25,2%	22,0%

A alíquota utilizada nas conciliações de 2011 e 2010 apresentadas anteriormente é a alíquota de 34%, devida pelas pessoas jurídicas no Brasil sobre os lucros tributáveis, conforme previsto pela legislação tributária dessa jurisdição.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Ativos / (Passivos)				
Provisão para contingências	55.741	55.307	55.741	55.307
Contrato de concessão (ICPC 01)	(94.359)	(46.955)	(128.668)	(56.307)
Outros	29.294	19.698	29.294	19.698
Líquido	(9.324)	28.050	(43.633)	18.698
Ativo	-	28.050	-	28.050
Passivo*	(9.324)	-	(43.633)	(9.352)

*Em 31 de dezembro de 2010, o saldo do passivo consolidado era referente ao saldo das controladas.

Notas Explicativas

27 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no trimestre são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	30.09.2011		31.12.2010		30.09.2011	30.09.2010
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Receita/ (Despesa)	Receita/ (Despesa)
Benefícios de curto prazo*	Pessoal-chave da administração	-	-	-	-	(3.866)	(4.713)
Dividendos	ISA Capital	-	87.993	-	65.844	-	-
Sublocação	ISA Capital	40	-	39	-	202	191
	IEMG	4	-	1	-	19	10
	IENNE	-	-	8	-	68	68
	Pinheiros	8	-	3	-	50	23
	IESUL	9	-	-	-	67	-
	Serra do Japi	22	-	2	-	40	16
	Prestação de serviços	ISA Capital	-	-	7	-	65
IEMG		-	-	132	-	-	1.136
Pinheiros		14	-	-	-	75	-
Mútuo financeiro	IESUL	-	-	-	-	-	865
	Pinheiros	-	-	52.651	-	543	181
	Serra do Japi	15.815	-	3687	-	756	-

*Referente aos honorários da administração, conforme divulgado na Demonstração do Resultado.

A política de remuneração da Companhia não inclui benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

O contrato de sublocação compreende a área ocupada pela ISA Capital e pelas controladas no edifício sede da Companhia, bem como rateio das despesas condominiais e de manutenção, entre outras.

Em 2008, foi assinado contrato de prestação de serviços com a ISA Capital abrangendo, entre outros, os serviços de escrituração contábil e fiscal, apuração de impostos e processamento da folha de pagamento.

Em 2009, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da IEMG. Em 2011, foi assinado termo de distrato, determinando a cessação da prestação do serviço.

Em 2011, entrou em vigência o contrato em que a Companhia presta serviços de operação e manutenção das instalações da Pinheiros.

Em maio de 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a IESUL no valor total de até R\$ 63.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação foram recebidos no vencimento e correspondeu a taxa do CDI acrescido de 2,5%.

Em julho de 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Pinheiros no valor total de até R\$ 100.000, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de até 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Notas Explicativas

Em dezembro de 2010, foi assinado contrato de mútuo financeiro com a Serra do Japi no valor total de até R\$ 55.500, sendo utilizado no todo ou em parte pelo prazo de 24 meses. Os encargos incidentes sobre esta operação serão pagos no vencimento e correspondem a taxa do CDI acrescido de 1,3%. Em 30 de setembro de 2011 não há saldos em aberto referente a este contrato.

Essas operações são realizadas em condições específicas, negociadas contratualmente entre as partes.

28 Instrumentos financeiros

(a) Identificação e valorização dos principais instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2011	31.12.2010	30.09.2011	31.12.2010
Ativos financeiros				
Valor justo através do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa	179.723	40.334	327.466	54.983
Empréstimos e recebíveis				
Contas a Receber				
Circulante	1.557.763	1.413.681	1.598.874	1.424.390
Não circulante	3.362.523	3.231.704	4.987.157	4.225.309
Valores a receber – Secretaria da Fazenda				
Circulante	20.798	22.938	20.798	22.938
Não circulante	771.118	681.129	771.118	681.129
Créditos com controladas	15.815	56.338	-	-
Cauções e depósitos vinculados	54.858	42.248	54.858	42.248
Instrumentos Financeiros Derivativos				
Circulante	-	-	5.881	-
Não circulante	25.901	-	26.770	-
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	679.719	133.317	948.296	332.413
Não circulante	528.230	450.577	768.654	540.032
Debêntures				
Circulante	18.513	2.154	223.654	2.154
Não circulante	553.498	553.639	553.498	553.639
Fornecedores	54.381	48.856	109.631	93.964
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	240.447	193.822	240.447	193.822
Valor justo através do resultado				
Instrumentos Financeiros Derivativos	9.256	-	9.256	-

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. Não há instrumentos financeiros negociados em mercado ativo, sendo que esses foram valorizados conforme nível II, como requerido pelo CPC vigente.

A Companhia celebrou em 26 de abril de 2011, contrato de Instrumentos Financeiros derivativos (SWAP), como proteção para o risco de taxa de câmbio, designado à cobertura de risco de taxa de câmbio da Contratação de Empréstimo em Moeda Estrangeira nos termos da Lei 4131 de 03/09/1962.

A controlada IEMadeira celebrou em 29 de abril de 2011, contrato de instrumento financeiro derivativo (NDF), como proteção para o risco da taxa de câmbio, designado à cobertura de risco de taxa de câmbio para a contração de fornecimento de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio.

Notas Explicativas

A Companhia e sua controlada IEMadeira adotaram o “Hedge Accounting” e classifica o derivativo contratado como Hedge de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS39.

A gestão de instrumentos financeiros está aderente à Política de Gestão Integral de Riscos / Diretrizes de Riscos Financeiros da Companhia e sua controlada IEMadeira. Os resultados auferidos desta operação e a aplicação dos controles para o gerenciamento deste risco, fazem parte do monitoramento dos riscos financeiros adotado pela Companhia e sua controlada IEMadeira, conforme a seguir:

					Controladora
		Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)	
Curto prazo	Vencimento	30.09.2011	30.09.2011	30.09.2011	
Posição ativa:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	8.159	8.159	-	
Posição passiva:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	(8.159)	(17.415)	(9.256)	
Valor líquido		-	(9.256)	(9.256)	
					Consolidado
		Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)	
Curto prazo	Vencimento	30.09.2011	30.09.2011	30.09.2011	
Posição ativa:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	111.594	111.594	-	
Posição passiva:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	(111.594)	(85.693)	25.901	
Valor líquido		-	25.901	25.901	
					Consolidado
		Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)	
Curto prazo	Vencimento	30.09.2011	30.09.2011	30.09.2011	
Posição ativa:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	8.159	8.159	-	
NDF (Instituições Financeiras)	Novembro de 2011 a setembro de 2013	37.411	43.292	5.881	
		45.570	51.451	5.881	
Posição passiva:					
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	(8.159)	(17.415)	(9.256)	
NDF (Fornecedor)	Novembro de 2011 a setembro de 2013	(37.411)	(37.411)	-	
		(45.570)	(54.826)	(9.256)	
Valor líquido		-	(3.375)	(3.375)	
Longo prazo	Vencimento	Valor de referência (Nocional)	Valor Justo	Valor a receber (pagar)	

Notas Explicativas

		30.09.2011	30.09.2011	30.09.2011
Posição ativa:				
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	111.594	111.594	-
NDF (Instituições Financeiras)	Novembro de 2011 a setembro de 2013	8.883	9.752	869
		<u>120.477</u>	<u>121.346</u>	<u>869</u>
Posição passiva:				
SWAP (Banco Itaú)	Abril de 2012	(111.594)	(85.693)	25.901
NDF (Fornecedor)	Novembro de 2011 a setembro de 2013	(8.883)	(8.883)	-
		<u>(120.477)</u>	<u>(94.576)</u>	<u>25.901</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>26.770</u>	<u>26.770</u>

(b) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos e das debêntures tem suas taxas atreladas à variação da TJLP, do CDI e IPCA e se aproxima do valor de mercado.

- **Índice de endividamento**

O índice de endividamento no final do período é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Empréstimos e financiamentos				
Circulante	679.719	133.317	948.296	332.413
Não Circulante	528.230	450.577	768.654	540.032
Debêntures				
Circulante	18.513	2.154	223.654	2.154
Não Circulante	553.498	553.639	553.498	553.639
Dívida total (i)	1.779.960	1.139.687	2.494.102	1.428.238
Caixa e equivalentes de caixa	179.723	40.334	327.466	54.983
Dívida líquida	1.600.237	1.099.353	2.166.636	1.373.255
Patrimônio líquido (ii)	4.611.265	4.563.835	4.611.265	4.563.835
Índice de endividamento líquido	34,7%	24,1%	46,9%	30,1%

Notas Explicativas

(c) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia e suas controladas podem ser assim identificados:

- (i) **Risco de crédito** – A Companhia e suas controladas mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 216 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia e suas controladas mantêm contratos regulando a prestação de seus serviços nas Demais Instalações de Transmissão – DIT com 30 concessionárias e outros agentes, também com cláusula de garantia bancária.
- (ii) **Risco de preço** – As receitas da Companhia e de suas controladas são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M, sendo parte das receitas sujeita à revisão periódica, a cada quatro anos (Nota 22.2).
- (iii) **Risco de taxas de juros** – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação da TJLP, IPCA e do CDI (Notas 13 e 14).
- (iv) **Risco de taxa de câmbio** – A Companhia eliminou o risco da taxa de câmbio do seu passivo, contratando Instrumento de Derivativos *Swap*, designado como "hedge de valor justo" do Contrato de Empréstimo em Moeda estrangeira (CCB em moeda estrangeira - nota 13(c)). A sua controlada IEMadeira eliminou o risco de taxa de câmbio, contratando instrumento de derivativo, designado como "hedge de valor justo", da contratação de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínios. A Companhia e suas controladas não possuem contas a receber e outros ativos em Moeda Estrangeira. Demais exposições aos efeitos de oscilações cambiais são consideradas irrelevantes e correspondem a eventuais importações de equipamentos.
- (v) **Risco de captação** – A Companhia e suas controladas poderão no futuro enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso adequados a seu perfil de geração de caixa e/ou a suas obrigações de reembolso de dívida.
- (vi) **Risco de seguros** – A Companhia e suas controladas contratam seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Entretanto, face às dificuldades em contratar seguradoras para cobrir eventuais danos em linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica, estas não fazem seguros contra esses riscos. Assim sendo, eventuais danos ocorridos nas linhas de transmissão poderão acarretar custos e investimentos adicionais significativos.
- (vii) **Risco de liquidez** – A principal fonte de caixa da Companhia e suas controladas é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e Demais Instalações de Transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade, exceto com relação ao risco de taxa de câmbio decorrente do empréstimo em moeda estrangeira.

Na Companhia esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, referente à captação de uma CCB Internacional no mercado exterior em abril de 2011 no montante de US\$ 63,7 milhões (Nota 13 (c)). Visando assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos (swap) - "hedge" cambial, representando 100% do principal desse endividamento.

Na sua controlada IEMadeira esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de

Notas Explicativas

câmbio, que aumentem os saldos dos contratos de fornecimentos de cantoneiras de aço, alumínio e cabos de alumínio em moeda estrangeira. Visando assegurar que oscilações significativas na cotação da moeda estrangeira, a que está sujeito seu passivo, não afetem seu resultado e o seu fluxo de caixa, a controlada IEMadeira possui instrumentos financeiros derivativos - “hedge” cambial, representando 100% do principal desse endividamento

A Companhia e sua controlada IEMadeira adotaram a metodologia de “hedge accounting” de valor justo (fair value hedge) para a operação contratada.

Para fins de definição de um cenário provável da análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, utilizamos as mesmas premissas estabelecidas para o planejamento econômico financeiro de longo prazo da Companhia. Essas premissas se baseiam, dentre outros aspectos, na conjuntura macro econômica do País e opiniões de especialistas de mercado.

Dessa forma, para avaliar os efeitos da variação no fluxo de caixa da Companhia, a análise de sensibilidade, abaixo demonstrada, considera como cenário provável a cotação da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2011 no valor de R\$ 1,799. Sobre essa taxa estamos aplicando efeitos positivos e negativos de 25% e 50%.

Risco de Variação Cambial - Efeitos no Fluxo de Caixa

Quadro 1 - com apreciação da taxa

R\$ Mil				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Ativos e Passivos Financeiros</u>				
Contrato – CCB Internacional	USD	(116.176)	(145.220)	(174.264)
Swap Ponta Ativa – Contrato – CCB Internacional	USD	116.176	145.220	174.264
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Apreciação da taxa em	25%	50%	
Taxa do Dólar USD/R\$		1,799	2,249	2,699

Quadro 2 - com depreciação da taxa

R\$ Mil				
<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
<u>Ativos e Passivos Financeiros</u>				
Contrato – CCB Internacional	USD	(116.176)	(87.132)	(58.088)
Swap Ponta Ativa – Contrato – CCB Internacional	USD	116.176	87.132	58.088
Variação		-	-	-
Referência para Ativos e Passivos Financeiros	Depreciação da taxa em	25%	50%	
Taxa do Dólar USD/R\$		1,799	1,349	0,899

Notas Explicativas

29 Compromissos assumidos - Arrendamentos mercantis operacionais

Os principais compromissos assumidos pela Companhia e suas controladas estão relacionados às operações de arrendamento mercantil operacional de veículos e equipamentos de informática, cujos pagamentos mínimos futuros, no total e para cada um dos períodos, é apresentado a seguir:

	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Até um ano	6.436	3.133
Mais de um ano até cinco anos	9.554	3.411
	<u>15.990</u>	<u>6.544</u>

As operações de arrendamento mercantil envolvendo a Companhia como arrendatário são operações de sub-locação para com sua controladora e suas controladas, e estão divulgadas na Nota 27 – transações com partes relacionadas.

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

Controladora			
<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	01/09/11 a 01/09/12	2.401.635	2.735
Responsabilidade Civil Geral (b)	01/09/11 a 01/09/12	20.000	223
Transportes Nacionais (c)	30/09/11 a 30/09/12	197.737	31
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	10.496	-
Automóveis (e)	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35
			<u>3.024</u>

Consolidado			
<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada - R\$ mil</u>	<u>Prêmio - R\$ mil</u>
Patrimonial (a)	09/07/09 a 01/09/12	2.722.272	3.411
Responsabilidade Civil Geral (b)	19/12/10 a 01/09/12	35.100	574
Transportes Nacionais (c)	16/07/09 a 30/09/12	207.004	36
Acidentes Pessoais Coletivos (d)	01/05/11 a 01/05/12	10.496	-
Automóveis (e)	02/03/11 a 02/03/12	Valor de mercado	35
			<u>4.056</u>

(a) **Patrimonial** - Cobertura contra riscos de incêndio e danos elétricos para os principais equipamentos instalados nas subestações de transmissão, prédios e seus respectivos conteúdos, almoxarifados e instalações, conforme o contrato de Concessão nº 059/2001, Cláusula Quarta, Oitava Sub-Claúsula, Inciso II, Item D, onde a transmissora deverá manter apólices de seguro para garantir a cobertura adequada dos equipamentos mais importantes das instalações do sistema de transmissão, cabendo à Transmissora definir os bens e as instalações a serem segurados.

(b) **Responsabilidade Civil Geral** - Cobertura às reparações por danos involuntários, pessoais e/ou materiais

Notas Explicativas

causados a terceiros, em consequência das operações da Companhia.

- (c) **Transportes Nacionais** - Cobertura a danos causados aos bens e equipamentos da Companhia, transportados no território nacional.
- (d) **Acidentes Pessoais Coletivos** - Cobertura contra acidentes pessoais a executivos e aprendizes.
- (e) **Automóveis** - Cobertura contra colisão, incêndio, roubo e terceiros.

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria ou revisão de informações trimestrais. Consequentemente não foram examinadas ou revisadas pelos nossos auditores independentes.

31 Ação de cobrança da Eletrobras contra a Eletropaulo e EPTE

Em 1989, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS ajuizou ação ordinária de cobrança contra a Eletropaulo - Eletricidade de São Paulo S.A. (atual Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - “Eletropaulo”), referente a saldo de contrato de financiamento. A Eletropaulo discordava do critério de atualização monetária de referido contrato de financiamento e consignou em pagamento, depositando judicialmente os valores que considerava como efetivamente devidos. Em 1999, foi proferida sentença referente à ação mencionada, condenando a Eletropaulo ao pagamento do saldo apurado pela ELETROBRAS.

Nos termos do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, realizada em 31 de dezembro de 1997 e que implicou a constituição da EPTE e de outras empresas, as obrigações de qualquer natureza referentes a atos praticados até a data de cisão são de responsabilidade exclusiva da Eletropaulo, exceção feita às contingências passivas cujas provisões tivessem sido alocadas às incorporadoras. No caso em questão, não houve, à época da cisão parcial, a alocação à EPTE de provisão para essa finalidade, restando claro para a Administração da CTEEP e de seus assessores legais que a responsabilidade pela citada contingência era exclusivamente da Eletropaulo. Houve à época da cisão, apenas, a versão ao ativo da EPTE de depósito judicial no valor histórico de R\$ 4,00 constituído em 1988, pela Eletropaulo, referente ao valor que aquela empresa entendia ser devido à ELETROBRAS referente ao saldo do citado contrato de financiamento, e a alocação no passivo da EPTE de igual valor referente a este saldo.

Em decorrência do protocolo de cisão parcial da Eletropaulo, portanto, a EPTE seria titular do ativo transferido e a Eletropaulo seria responsável pela contingência passiva referente ao valor demandado judicialmente pela ELETROBRAS. Em outubro de 2001, a ELETROBRAS promoveu execução de sentença referente ao citado contrato de financiamento, cobrando R\$ 429 milhões da Eletropaulo e R\$ 49 milhões da EPTE, entendendo que a EPTE satisfaria o pagamento desta parte com os recursos corrigidos do citado depósito judicial. A CTEEP incorporou a EPTE em 10 de novembro de 2001, sucedendo-a nas suas obrigações e direitos.

Em 26 de setembro de 2003, foi publicado acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro excluindo a Eletropaulo da execução da mencionada sentença. Em decorrência dos fatos, a ELETROBRAS protocolou, em 16 de dezembro de 2003, Recurso Especial ao Superior Tribunal de Justiça e Recurso Extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, visando manter a mencionada cobrança referente à Eletropaulo. Recursos semelhantes aos da ELETROBRAS foram interpostos pela CTEEP.

O Superior Tribunal de Justiça deu provimento, em 29 de junho de 2006, ao Recurso Especial da CTEEP, no sentido de reformar a decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro que havia excluído a Eletropaulo do pólo passivo da ação de execução movida pela ELETROBRAS.

Em decorrência do referido provimento do Superior Tribunal de Justiça, em 04 de dezembro de 2006, a Eletropaulo ofertou embargos de declaração, os quais foram rejeitados, conforme acórdão publicado em 16 de abril de 2007, bem como os Recursos Especial e Extraordinário que mantiveram a decisão do Superior Tribunal de Justiça, cujo trânsito em julgado ocorreu em 30 de outubro de 2008. Diante dessas decisões entendendo descabida a Exceção de Pré-Executividade ofertada pela Eletropaulo, a ação de execução movida pela ELETROBRAS segue seu curso normal na forma originalmente proposta.

Notas Explicativas

A CTEEP com o fulcro de viabilizar uma dilação probatória para apurar a efetiva responsabilidade atribuída no protocolo de cisão parcial propôs ação declaratória em face das demais partes envolvidas em conexão com a ação de execução.

Acerca dessa dívida e à luz dos documentos formais referentes à cisão parcial da Eletropaulo, a CTEEP, segundo o entendimento da sua Administração e de seus assessores legais, é titular apenas do depósito judicial a ela transferido como ativo constituído em 1988, devendo prosseguir na defesa desse direito. De outra parte, a Companhia não constituiu provisão para a contingência, que entende ser de responsabilidade da Eletropaulo e que dessa forma vem sendo cobrada pela ELETROBRAS.

32 Plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei 4.819/58

(a) Fatos Relevantes

(i) 19 de julho de 2005

“A CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público esclarecer aspectos relativos ao plano de complementação de aposentadoria regido pela Lei Estadual 4.819/58. Esse plano aplica-se aos empregados admitidos até 13 de maio de 1974, referido na Nota Explicativa 23.1. às informações trimestrais da Companhia de 31 de dezembro de 2004.

Os recursos necessários para fazer face aos encargos assumidos nesse plano são de responsabilidade dos órgãos competentes do Governo do Estado de São Paulo, cuja implementação ocorreu conforme convênio firmado entre a Fazenda do Estado de São Paulo e a Companhia, em 10 de dezembro de 1999, com vigência até 31 de dezembro de 2003.

Tal procedimento foi realizado regularmente até dezembro de 2003 pela Fundação CESP, mediante recursos da Secretaria da Fazenda do Estado, repassados por meio da CTEEP. A partir de janeiro de 2004, a Secretaria da Fazenda passou a processar diretamente aqueles pagamentos, sem a interveniência da CTEEP e da Fundação CESP.

Decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo foi comunicada à CTEEP, em 11 de julho de 2005 (processo 1.339/2005-1), deferindo a concessão de tutela antecipada para que a Fundação CESP voltasse a processar os pagamentos de benefícios decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, segundo o respectivo regulamento, da forma realizada até dezembro de 2003, mediante recursos repassados pela CTEEP. A 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, em 13 de julho de 2005, concedeu o prazo de 60 dias para cumprimento da citada decisão. Consta também no site do Tribunal Regional do Trabalho, em São Paulo, resumo sobre decisão semelhante (processo SDC - 20058200400002000) de 30 de junho de 2005, determinando que a Fundação CESP, mediante recursos repassados pela CTEEP, voltasse a processar o pagamento de aposentadorias e pensões de beneficiários amparados pela Lei Estadual 4.819/58.

Para o cumprimento das citadas decisões judiciais, a CTEEP deverá requerer mensalmente os recursos necessários à Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, para efetivar o repasse à Fundação CESP, que deve processar os respectivos pagamentos aos beneficiários. As citadas decisões alcançam cerca de 6.500 beneficiários, com despesa mensal da ordem de R\$ 23 milhões que, segundo o entendimento da CTEEP, é de responsabilidade do Estado de São Paulo, que assim procedeu até dezembro de 2003. Consequentemente, a CTEEP deve recorrer das citadas decisões judiciais por entender que a responsabilidade pelo pagamento dos mencionados benefícios é, nos termos da legislação aplicável, do Estado de São Paulo”.

(ii) 27 de janeiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/02, vem a público comunicar mudança de procedimento da Secretaria da Fazenda do Estado, em decorrência de recente entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE, quanto ao repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. O assunto, anteriormente ao fato ora abordado, foi tratado na Nota Explicativa 22 das Informações Trimestrais – ITR da CTEEP de 30/09/2005.

Notas Explicativas

A Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP, em 27/01/2006, valor inferior ao necessário para o fiel cumprimento da citada decisão da 49ª Vara do Trabalho. O dispêndio efetivo da CTEEP neste mês para fins da citada decisão judicial foi de R\$ 19.725, transferidos à Fundação CESP, tendo recebido R\$ 14.976 da Secretaria da Fazenda para essa finalidade. A Secretaria da Fazenda informou que glosou neste mês certas parcelas da despesa em decorrência de recente entendimento da PGE quanto aos limites da obrigação do Estado nesse assunto. A decisão da 49ª Vara do Trabalho alcança atualmente 5.528 beneficiários. Continuam a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda 794 benefícios da Lei Estadual 4.819/58.

A CTEEP continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera o entendimento da sua área jurídica de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e estuda as medidas cabíveis neste caso para resguardar os interesses da Companhia”.

(iii) 24 de fevereiro de 2006

“A CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista, atendendo às disposições da Instrução CVM 358/2002, vem a público comunicar, em prosseguimento ao assunto tratado no Fato Relevante de 27/01/2006, que a Secretaria da Fazenda do Estado repassou à CTEEP no mês de fevereiro de 2006 o valor de R\$ 12.802 para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo que determinou o retorno do processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 para a Fundação CESP, com recursos recebidos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP. Neste mês de fevereiro, o dispêndio total da CTEEP para fiel cumprimento da citada decisão judicial foi de R\$ 19.652.

A CTEEP reitera que continua empenhada em modificar a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda, além da adoção de outras medidas para preservar os legítimos interesses da Companhia”.

(b) Sentença da 49ª Vara do Trabalho

Em 02 de maio de 2006, foi conhecida sentença proferida pelo juízo da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo acerca do processo acima referido, julgando procedente, em parte, a reclamação em questão e mantendo os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida (Fato Relevante de 19 de julho de 2005), além de determinar o pagamento de parcelas vencidas. A CTEEP protocolou em juízo, em 08 de maio de 2006, Embargos Declaratórios à citada sentença visando esclarecer e modificar certos aspectos da citada decisão.

Em 19 de junho de 2006, através de decisão do Superior Tribunal de Justiça declarando a competência da Justiça Pública Estadual para apreciar a matéria ajuizada na Justiça do Trabalho pleiteando diretamente das empresas os proventos decorrentes da Lei Estadual 4.819/58, foi anulada a sentença da 49ª Vara do Trabalho, e determinada a remessa dos autos a uma das Varas da Fazenda Pública Estadual. Em decorrência da citada decisão do Superior Tribunal de Justiça, os proventos instituídos pela Lei Estadual 4.819/58 voltaram a ser pagos diretamente pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo e não mais pela Fundação CESP mediante repasse da CTEEP como vinha acontecendo em cumprimento a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, ora anulada.

Em 28 de junho de 2006, o Superior Tribunal de Justiça deferiu pedido de liminar para suspender os efeitos da decisão proferida pelo mesmo tribunal no Conflito de Competência, objeto de decisão de 19 de junho de 2006. De acordo com a intimação recebida pela CTEEP em 30 de junho de 2006, voltando a prevalecer a decisão da 49ª Vara do Trabalho que determinou o processamento da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Fundação CESP, mediante recursos do Estado de São Paulo e repassados pela CTEEP.

(c) Outras informações

A CTEEP recebeu da Procuradoria Geral do Estado - PGE, em 20 de outubro de 2005, cópia de manifestação daquele órgão, de 06 de outubro de 2005, acerca de consulta da Secretaria da Fazenda sobre o alcance das referidas decisões judiciais. Nessa manifestação, a PGE conclui que a decisão da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo atinge subjetivamente a Fazenda do Estado, que integra o pólo passivo da demanda na condição de ré. Assim sendo, conclui a PGE que, “no atual cenário, cabe à Secretaria da Fazenda o ressarcimento integral dos valores despendidos pela CTEEP para o cumprimento da decisão judicial proferida na reclamação trabalhista nº

Notas Explicativas

1145/2005-6, em curso na 49ª Vara do Trabalho da Capital”. Ainda, na mesma manifestação a PGE conclui que a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho, cujos efeitos estão suspensos pela liminar obtida em decorrência de Reclamação Correicional, não alcança integralmente a Fazenda do Estado, que foi excluída da lide a pedido do Sindicato suscitante; nesse caso, a Fazenda do Estado deveria, segundo a PGE, ressarcir a CTEEP observados os estritos limites da Lei Estadual 4.819/58, excluindo eventuais benefícios, instituídos pelo respectivo regulamento, que extrapolem ou se mostrem conflitantes com a legislação específica.

À vista do exposto, resta claro que o entendimento da Procuradoria Geral do Estado – PGE sobre o assunto, formalizado por meio do Ofício PGE/SF 01/2006, de 10/02/2006, e respectiva Nota Técnica PGE/SF 01/2006, altera o entendimento oferecido pela PGE anteriormente e que vigeu até dezembro de 2005 para fins de repasse de recursos à CTEEP para cumprimento da decisão da 49ª Vara do Trabalho. Segundo o atual entendimento da PGE, a Fazenda do Estado deve efetuar certas glosas nos repasses à CTEEP para fins de transferência à Fundação CESP, para cumprimento da referida decisão judicial.

Em outubro de 2008, o Superior Tribunal de Justiça decidiu novamente pela competência da Justiça Comum em Ação Civil Pública envolvendo as mesmas partes e matéria, cujo acórdão foi objeto de embargos, os quais foram negados.

Em janeiro de 2009, em decorrência da não abrangência de decisão da 49ª. Vara do Trabalho para um total de 583 aposentados, os mesmos foram transferidos para pagamento direto pela Fazenda do Estado, gerando um não desembolso de caixa para a Companhia da ordem de R\$ 1,9 milhões/mês, por não estarem abrangidos pela referida decisão.

A Fundação CESP, em outubro de 2010, suscitou conflito de competência em razão da matéria perante o STF, nº 7706, com decisão inicial sobrestando o andamento dos processos trabalhistas e cível até o julgamento do referido conflito.

(d) Situação atual

Em decorrência dos fatos acima tratados e por força da citada decisão judicial da 49ª Vara do Trabalho de São Paulo, bem como da decisão do Superior Tribunal da Justiça, a CTEEP repassou à Fundação CESP no período de setembro de 2005 a setembro de 2011, o valor de R\$ 1.817.601 para pagamento de benefícios da Lei Estadual 4.819/58, tendo recebido da Secretaria da Fazenda do Estado o valor de R\$ 1.199.263 para aquela finalidade. A diferença entre os valores repassados à Fundação CESP e ressarcidos pela Secretaria da Fazenda, no montante de R\$ 618.338 (Nota 6 (c)), foi requerida inicialmente em processo administrativo pela Companhia, tendo sido proposta em dezembro de 2010 ação judicial de cobrança.

Nos termos do informado nos Fatos Relevantes acima transcritos, a CTEEP reitera que continua empenhada em tornar nula a citada decisão da 49ª Vara do Trabalho de modo a permitir o retorno do procedimento de pagamento direto da folha de benefícios da Lei Estadual 4.819/58 pela Secretaria da Fazenda. A CTEEP reitera também o entendimento da sua área jurídica e de seus consultores externos de que as despesas decorrentes da Lei Estadual 4.819/58 e respectivo regulamento são de responsabilidade integral da Fazenda do Estado de São Paulo e prossegue na adoção de medidas adicionais para resguardar os interesses da Companhia. Em decorrência, a Companhia registra essas glosas como valores a receber da Fazenda do Estado (Nota 6).

33 Eventos subsequentes

(a) Empréstimos

Em 17 de outubro de 2011, a CTEEP contratou um Empréstimo Externo Direto de Longo Prazo com o banco J. P. Morgan Chase (New York), nos termos da lei 4131 de 03 de setembro de 1962, no valor de USD 85,7 milhões, com a remuneração de variação cambial (VC) +2,15% a.a. Adicionalmente houve a contratação de instrumento de *Swap* com o banco J. P. Morgan S.A. com o Notional de R\$ 150,0 milhões, trocando VC + 2,15% por 98,35% do CDI ao ano. A Companhia adotará o “Hedge Accounting” e classificará o derivativo contratado como *Hedge* de Valor Justo (*Fair Value Hedge*), segundo os parâmetros descritos na norma contábil brasileira CPC 38 e na Norma Internacional IAS 39.

Notas Explicativas

(b) Aumento de capital social

Conforme mencionado na nota 21, em 28 de outubro de 2011 a CVM autorizou o Registro de Oferta Pública das Sobras de Ações da Companhia. O leilão das sobras de ações foi realizado no dia 04 de novembro de 2011 das 16h00 às 16h15 na BM&FBovespa. Os preços mínimos foram os mesmos praticados nas etapas anteriores ao processo de aumento de capital e as quantidades ofertadas correspondem às sobras das ações não subscritas. Ao final do leilão restaram ações preferenciais não subscritas. Dessa forma, a Companhia concedeu aos seus acionistas que subscreveram ações no âmbito do Aumento de Capital, o direito de rever sua decisão em relação à subscrição das ações, total ou parcialmente, até o dia 11 de novembro de 2011. A apuração do resultado do período de retratação será divulgada ao mercado até o dia 18 de novembro de 2011.

34 Aprovação das Informações trimestrais

As informações trimestrais foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria Plena e pelo Conselho fiscal em 08 e 09 de novembro de 2011, respectivamente.

* * *

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1 Efeitos da adoção do IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC

1.1 Efeito nas informações trimestrais

A seguir apresentamos a conciliação entre as informações trimestrais elaboradas em conformidade com as práticas contábeis atuais e as práticas contábeis estabelecidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica (não revisado pelos auditores independentes).

(a) Individuais

(i) Balanço Patrimonial

	Item 4.2	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010			
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS	Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		179.723	-	179.723	40.334	-	40.334
Contas a Receber	(a)	257.093	1.300.670	1.557.763	242.869	1.170.812	1.413.681
Estoques		48.173	-	48.173	44.791	-	44.791
Valores a receber – Secretaria da Fazenda		20.798	-	20.798	22.938	-	22.938
Tributos e contribuições a compensar		10.796	-	10.796	9.780	-	9.780
Benefício fiscal – ágio incorporado	(b)	28.832	(28.832)	-	28.832	(28.832)	-
Impostos diferidos	(c)	28.997	(28.997)	-	32.575	(32.575)	-
Despesas pagas antecipadamente		6.319	-	6.319	1.828	-	1.828
Outros		73.760	-	73.760	35.944	-	35.944
		<u>654.491</u>	<u>1.242.841</u>	<u>1.897.332</u>	<u>459.891</u>	<u>1.109.405</u>	<u>1.569.296</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a Receber	(a)	316	3.362.207	3.362.523	978	3.230.726	3.231.704
Valores a receber Secretaria da Fazenda		771.118	-	771.118	681.129	-	681.129
Benefício fiscal – ágio incorporado	(b)	97.455	28.832	126.287	119.079	28.832	147.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	75.690	(75.690)	-	62.171	(34.121)	28.050
Cauções e depósitos vinculados		54.858	-	54.858	42.248	-	42.248
Estoques	(a)	-	192.125	192.125	-	184.264	184.264
Crédito com controladas		15.815	-	15.815	56.338	-	56.338
Instrumentos Financeiros Derivativos		25.901	-	25.901	-	-	-
Outros		1.267	-	1.267	1.267	-	1.267
		<u>1.042.420</u>	<u>3.507.474</u>	<u>4.549.894</u>	<u>963.210</u>	<u>3.409.701</u>	<u>4.372.911</u>
Investimentos Imobilizado	(d) (h)	797.019	47.136	844.155	513.157	18.157	531.314
Intangível	(a)	4.478.324	(4.469.710)	8.614	4.374.864	(4.365.820)	9.044
	(a)	68.958	(59.162)	9.796	67.393	(57.449)	9.944
		<u>5.344.301</u>	<u>(4.481.736)</u>	<u>862.565</u>	<u>4.955.414</u>	<u>(4.405.112)</u>	<u>550.302</u>
		<u>6.386.721</u>	<u>(974.262)</u>	<u>5.412.459</u>	<u>5.918.624</u>	<u>(995.411)</u>	<u>4.923.213</u>
Total do ativo		<u>7.041.212</u>	<u>268.579</u>	<u>7.309.791</u>	<u>6.378.515</u>	<u>113.994</u>	<u>6.492.509</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	30 de setembro de 2011			31 de dezembro de 2010			
	Item 4.2	Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS	Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		679.719	-	679.719	133.317	-	133.317
Debêntures		18.513	-	18.513	2.154	-	2.154
Fornecedores		54.381	-	54.381	48.856	-	48.856
Tributos e encargos sociais a recolher		96.833	-	96.833	87.731	-	87.731
Impostos parcelados - Lei nº 11.941		12.002	-	12.002	10.353	-	10.353
Imposto de renda e contribuição social diferidos		272	(272)	-	207	(207)	-
Encargos regulatórios a recolher		54.321	-	54.321	49.244	-	49.244
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	(e)	240.447	-	240.447	193.822	-	193.822
Provisões		24.046	-	24.046	22.284	-	22.284
Valores a pagar – Fundação CESP		5.512	-	5.512	6.503	-	6.503
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		9.256	-	9.256	-	-	-
Outros		28.642	-	28.642	12.885	-	12.885
		<u>1.223.944</u>	<u>(272)</u>	<u>1.223.672</u>	<u>567.356</u>	<u>(207)</u>	<u>567.149</u>
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		528.230	-	528.230	450.577	-	450.577
Debêntures		553.498	-	553.498	553.639	-	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941		145.026	-	145.026	144.964	-	144.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	19.387	(10.063)	9.324	19.539	(19.539)	-
PIS e COFINS diferidos	(a)	-	48.604	48.604	-	24.430	24.430
Encargos regulatórios a recolher		2.174	-	2.174	2.174	-	2.174
Provisões		163.945	-	163.945	161.688	-	161.688
Obrigações especiais reversão/ amortização		24.053	-	24.053	24.053	-	24.053
Deságio	(h)	16.060	(16.060)	-	-	-	-
		<u>1.452.373</u>	<u>22.481</u>	<u>1.474.854</u>	<u>1.356.634</u>	<u>4.891</u>	<u>1.361.525</u>
Patrimônio Líquido							
Capital social		1.119.911	-	1.119.911	1.119.911	-	1.119.911
Reservas de capital		2.231.113	-	2.231.113	2.231.113	-	2.231.113
Reservas de lucro	(a)	903.139	109.298	1.012.437	904.824	109.300	1.014.124
Lucros acumulados		93.778	137.072	230.850	-	-	-
Proposta de distribuição de dividendo adicional	(e)	-	-	-	198.011	10	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital		16.954	-	16.954	666	-	666
		<u>4.364.895</u>	<u>246.370</u>	<u>4.611.265</u>	<u>4.454.525</u>	<u>109.310</u>	<u>4.563.835</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.041.212</u>	<u>268.579</u>	<u>7.309.791</u>	<u>6.378.515</u>	<u>113.994</u>	<u>6.492.509</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(ii) Patrimônio Líquido**

	<u>Item 4.2</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Conforme Regulatório		4.364.895	4.454.525
Contratos de concessão	(a)	277.533	138.093
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	(94.359)	(46.940)
Investimentos	(d) (h)	63.196	18.157
Conforme IFRS		<u><u>4.611.265</u></u>	<u><u>4.563.835</u></u>

(iii) Demonstração do Resultado dos trimestres findos em 30 de setembro de

	Item 4.2	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Efeito da transição para as IFRS</u>		<u>Regulatório</u>	<u>Efeito da transição para as IFRS</u>	
			<u>IFRS</u>	<u>IFRS</u>		<u>IFRS</u>	<u>IFRS</u>
Receita operacional líquida	(a)	465.936	179.176	645.112	440.912	68.268	509.180
Custo dos serviços de operação	(a)(f)	(115.983)	(36.744)	(152.727)	(108.898)	(11.351)	(120.249)
Lucro bruto		<u>349.953</u>	<u>142.432</u>	<u>492.385</u>	<u>332.014</u>	<u>56.917</u>	<u>388.931</u>
(Despesas) receitas operacionais							
Gerais e administrativas	(f)	(26.798)	-	(26.798)	(35.510)	(743)	(36.253)
Honorários da administração		(1.295)	-	(1.295)	(1.378)	-	(1.378)
Despesas financeiras		(74.771)	1.265	(73.506)	(32.799)	-	(32.799)
Receitas financeiras		32.554	(786)	31.768	11.224	-	11.224
Outras despesas, líquidas	(g) (h)	(7.433)	28.490	21.057	(2.420)	(4.246)	(6.666)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(d)	(756)	30.671	29.915	(227)	4.873	4.646
Lucro operacional		271.454	202.072	473.526	270.904	56.801	327.705
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente		(73.334)	-	(73.334)	(41.729)	-	(41.729)
Diferido	(c)	10.092	(65.421)	(55.329)	(25.262)	(16.704)	(41.966)
Lucro líquido do exercício		<u><u>208.212</u></u>	<u><u>136.651</u></u>	<u><u>344.863</u></u>	<u><u>203.913</u></u>	<u><u>40.097</u></u>	<u><u>244.010</u></u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(iv) Demonstração do Resultado dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de**

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Receita operacional líquida	(a)	1.351.007	237.176	1.588.183	1.234.735	68.073	1.302.808
Custo dos serviços de operação	(a)(f)	(331.019)	(97.739)	(428.758)	(312.533)	(14.961)	(327.494)
Lucro bruto		<u>1.019.988</u>	<u>139.437</u>	<u>1.159.425</u>	<u>922.202</u>	<u>53.112</u>	<u>975.314</u>
(Despesas) receitas operacionais							
Gerais e administrativas	(f)	(93.533)	-	(93.533)	(83.384)	(2.239)	(85.623)
Honorários da administração		(3.866)	-	(3.866)	(4.713)	-	(4.713)
Despesas financeiras		(151.125)	-	(151.125)	(100.681)	-	(100.681)
Receitas financeiras		42.976	-	42.976	36.774	-	36.774
Outras despesas, líquidas	(g) (h)	(19.534)	-	(19.534)	(4.820)	(12.900)	(17.720)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(d)	171	45.042	45.213	(389)	12.880	12.491
Lucro operacional		<u>795.077</u>	<u>184.479</u>	<u>979.556</u>	<u>764.989</u>	<u>50.853</u>	<u>815.842</u>
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente		(190.956)	-	(190.956)	(159.958)	-	(159.958)
Diferido	(c)	10.031	(47.407)	(37.376)	(4.200)	(10.109)	(14.309)
Lucro líquido do exercício		<u>614.152</u>	<u>137.072</u>	<u>751.224</u>	<u>600.831</u>	<u>40.744</u>	<u>641.575</u>

(v) Fluxo de Caixa dos trimestres findos em 30 de setembro de

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)(c) (d)(f)(g)	311.370	(101.210)	210.160	274.443	(68.201)	206.242
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(249.685)	101.210	(148.475)	(117.808)	68.201	(49.607)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		5.728	-	5.728	(241.284)	-	(241.284)

(vi) Fluxo de Caixa dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)(c) (d)(f)(g)	853.870	(256.832)	597.038	955.580	(202.865)	752.715
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(555.116)	256.832	(298.284)	(353.973)	202.865	(151.108)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		(159.365)	-	(159.365)	(386.267)	-	(386.267)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(b) Consolidado****(i) Balanço Patrimonial**

	Item 4.2	30 de setembro de 2011		31 de dezembro de 2010			
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS	Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	IFRS
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		327.466	-	327.466	54.983	-	54.983
Contas a Receber	(a)	260.703	1.338.171	1.598.874	244.524	1.179.866	1.424.390
Estoques		48.181	-	48.181	44.791	-	44.791
Valores a receber – Secretaria da Fazenda		20.798	-	20.798	22.938	-	22.938
Tributos e contribuições a compensar		13.434	-	13.434	11.230	-	11.230
Benefício fiscal – ágio incorporado	(b)	28.832	(28.832)	-	28.832	(28.832)	-
Impostos diferidos	(c)	28.997	(28.997)	-	32.575	(32.575)	-
Despesas pagas antecipadamente	(a)	6.339	455	6.794	1.876	735	2.611
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		5.881	-	5.881	-	-	-
Outros		73.975	-	73.975	35.848	(46)	35.802
		<u>814.606</u>	<u>1.280.797</u>	<u>2.095.403</u>	<u>477.597</u>	<u>1.119.148</u>	<u>1.596.745</u>
Não circulante							
Realizável a longo prazo							
Contas a Receber	(a)	316	4.986.841	4.987.157	978	4.224.331	4.225.309
Valores a receber Secretaria da Fazenda		771.118	-	771.118	681.129	-	681.129
Benefício fiscal – ágio incorporado	(b)	97.455	28.832	126.287	119.079	28.832	147.911
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	75.690	(75.690)	-	62.171	(34.121)	28.050
Cauções e depósitos vinculados		54.858	-	54.858	42.248	-	42.248
Estoques	(a)	-	192.125	192.125	-	184.264	184.264
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		26.770	-	26.770	-	-	-
Outros		7.925	-	7.925	6.624	-	6.624
		<u>1.034.132</u>	<u>5.132.108</u>	<u>6.166.240</u>	<u>912.229</u>	<u>4.403.306</u>	<u>5.315.535</u>
Imobilizado	(a)	5.895.774	(5.886.988)	8.786	5.254.978	(5.245.784)	9.194
Intangível	(a)	74.246	(64.450)	9.796	70.066	(60.122)	9.944
		<u>5.970.020</u>	<u>(5.951.438)</u>	<u>18.582</u>	<u>5.325.044</u>	<u>(5.305.906)</u>	<u>19.138</u>
		<u>7.004.152</u>	<u>(819.330)</u>	<u>6.184.822</u>	<u>6.237.273</u>	<u>(902.600)</u>	<u>5.334.673</u>
Total do ativo		<u>7.818.758</u>	<u>461.467</u>	<u>8.280.225</u>	<u>6.714.870</u>	<u>216.548</u>	<u>6.931.418</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

	30 de setembro de 2011				31 de dezembro de 2010		
	Item 4.2	Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			-	IFRS		-	IFRS
Passivo e patrimônio líquido							
Circulante							
Empréstimos e financiamentos		948.296	-	948.296	332.413	-	332.413
Debêntures		223.654	-	223.654	2.154	-	2.154
Fornecedores		109.631	-	109.631	93.964	-	93.964
Tributos e encargos sociais a recolher		99.288	-	99.288	88.745	-	88.745
Impostos parcelados - Lei nº 11.941		12.002	-	12.002	10.353	-	10.353
Imposto de renda e contribuição social diferidos		272	(272)	-	207	(207)	-
Encargos regulatórios a recolher		55.414	-	55.414	49.559	-	49.559
Juros sobre capital próprio e dividendos a pagar	(e)	240.447	-	240.447	193.822	-	193.822
Provisões	(a)	24.645	-	24.645	22.662	-	22.662
Valores a pagar – Fundação CESP		5.512	-	5.512	6.503	-	6.503
Instrumentos Financeiros							
Derivativos		9.256	-	9.256	-	-	-
Outros	(a)	32.650	(206)	32.444	13.874	-	13.874
		<u>1.761.067</u>	<u>(478)</u>	<u>1.760.589</u>	<u>814.256</u>	<u>(207)</u>	<u>814.049</u>
Não circulante							
Exigível a longo prazo							
Empréstimos e financiamentos		768.654	-	768.654	540.032	-	540.032
Debêntures		553.498	-	553.498	553.639	-	553.639
Impostos parcelados - Lei nº 11.941		145.026	-	145.026	144.964	-	144.964
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	19.386	24.247	43.633	19.539	(10.187)	9.352
PIS e COFINS diferidos	(a)	-	207.388	207.388	-	117.632	117.632
Encargos regulatórios a recolher		2.174	-	2.174	2.174	-	2.174
Provisões		163.945	-	163.945	161.688	-	161.688
Obrigações especiais reversão/ amortização		24.053	-	24.053	24.053	-	24.053
Deságio	(h)	16.060	(16.060)	-	-	-	-
		<u>1.692.796</u>	<u>215.575</u>	<u>1.908.371</u>	<u>1.446.089</u>	<u>107.445</u>	<u>1.553.534</u>
Patrimônio Líquido							
Capital social		1.119.911	-	1.119.911	1.119.911	-	1.119.911
Reservas de capital		2.231.113	-	2.231.113	2.231.113	-	2.231.113
Reservas de lucro	(a)	903.139	109.298	1.012.437	904.824	109.300	1.014.124
Lucros acumulados		93.778	137.072	230.850	-	-	-
Proposta de distribuição de dividendos adicional	(e)	-	-	-	198.011	10	198.021
Adiantamento para futuro aumento de capital		16.954	-	16.954	666	-	666
		<u>4.364.895</u>	<u>246.370</u>	<u>4.611.265</u>	<u>4.454.525</u>	<u>109.310</u>	<u>4.563.835</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>7.818.758</u>	<u>461.467</u>	<u>8.280.225</u>	<u>6.714.870</u>	<u>216.548</u>	<u>6.931.418</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(ii) Patrimônio Líquido**

	<u>Item 4.2</u>	<u>30.09.2011</u>	<u>31.12.2010</u>
Conforme Regulatório		4.364.895	4.454.525
Contratos de concessão	(a)	375.038	164.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(c)	(128.668)	(55.133)
Conforme IFRS		<u>4.611.265</u>	<u>4.563.835</u>

(iii) Demonstração do Resultado dos trimestres findos em 30 de setembro de

	<u>Item 4.2</u>	<u>2011</u>			<u>2010</u>		
		<u>Regulatório</u>	<u>Efeito da transição para as IFRS</u>	<u>IFRS</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Efeito da transição para as IFRS</u>	<u>IFRS</u>
Receita operacional líquida	(a)	474.958	421.575	896.533	442.824	177.884	620.708
Costo dos serviços de operação	(a) (f)	(121.506)	(236.408)	(357.914)	(110.233)	(106.638)	(216.871)
Lucro bruto		<u>353.452</u>	<u>185.167</u>	<u>538.619</u>	<u>332.591</u>	<u>71.246</u>	<u>403.837</u>
(Despesas) receitas operacionais							
Gerais e administrativas	(a) (f)	(27.062)	(2.052)	(29.114)	(35.557)	(3.980)	(39.537)
Honorários da administração		(1.347)	(306)	(1.653)	(1.378)	(316)	(1.694)
Despesas financeiras		(78.937)	(4.743)	(83.680)	(33.723)	(4.360)	(38.083)
Receitas financeiras		33.247	9.911	43.158	11.389	970	12.359
Outras despesas, líquidas	(g) (h)	(7.433)	28.575	21.142	(2.418)	(4.248)	(6.666)
Lucro operacional		<u>271.920</u>	<u>216.552</u>	<u>488.472</u>	<u>270.904</u>	<u>59.312</u>	<u>330.216</u>
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente		(73.799)	-	(73.799)	(41.729)	-	(41.729)
Diferido	(c)	<u>10.091</u>	<u>(79.901)</u>	<u>(69.810)</u>	<u>(25.262)</u>	<u>(19.215)</u>	<u>(44.477)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>208.212</u>	<u>136.651</u>	<u>344.863</u>	<u>203.913</u>	<u>40.097</u>	<u>244.010</u>

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**(iv) Demonstração do Resultado dos períodos de nove meses em 30 de setembro de**

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Receita operacional líquida	(a)	1.375.299	819.020	2.194.319	1.240.178	331.014	1.571.192
Custo dos serviços de operação	(a) (f)	(344.638)	(588.874)	(933.512)	(315.940)	(240.529)	(556.469)
Lucro bruto		1.030.661	230.146	1.260.807	924.238	90.485	1.014.723
(Despesas) receitas operacionais							
Gerais e administrativas	(a) (f)	(94.608)	(6.078)	(100.686)	(83.563)	(11.706)	(95.269)
Honorários da administração		(4.039)	(787)	(4.826)	(4.713)	(978)	(5.691)
Despesas financeiras		(161.302)	(29.414)	(190.716)	(103.488)	(9.333)	(112.821)
Receitas financeiras		44.843	14.331	59.174	37.333	1.922	39.255
Outras despesas, líquidas	(g) (h)	(19.414)	-	(19.414)	(4.818)	(12.902)	(17.720)
Lucro operacional		796.141	208.198	1.004.339	764.989	57.488	822.477
Imposto de renda e contribuição social							
Corrente		(192.022)	-	(192.022)	(159.958)	-	(159.958)
Diferido	(c)	10.033	(71.126)	(61.093)	(4.200)	(16.744)	(20.944)
Lucro líquido do exercício		614.152	137.072	751.224	600.831	40.744	641.575

(v) Fluxo de caixa dos trimestres findos em 30 de setembro de

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)(c) (d)(f)(g)	333.180	(301.325)	31.855	311.231	(170.914)	140.317
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(301.776)	301.325	(451)	(171.210)	170.914	(296)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		78.866	-	78.866	(152.424)	-	(152.424)

(vi) Fluxo de caixa dos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de

	Item 4.2	2011			2010		
		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS		Regulatório	Efeito da transição para as IFRS	
			IFRS	IFRS		IFRS	IFRS
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)(c) (d)(f)(g)	847.087	(779.108)	67.979	1.021.515	(454.751)	566.764
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(a)	(798.437)	781.283	(17.154)	(456.653)	454.751	(1.902)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		223.834	(2.175)	221.659	(281.947)	-	(281.947)

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

1.2 Descrição dos ajustes

A seguir, apresentamos descrição dos principais ajustes decorrentes dos novos pronunciamentos contábeis que afetaram as informações trimestrais da Companhia:

(a) Contratos de concessão (ICPC 01 e OCPC 05)

A partir de 01 de janeiro de 2010 (efeitos de abertura 01 de janeiro de 2009 para fins de comparação) a Companhia adotou e utilizou para fins de classificação e mensuração das atividades de concessão as previsões da interpretação ICPC 01 emitida pelo CPC (“equivalente ao IFRIC12 das normas internacionais de contabilidade conforme emitido pelo IASB”). Esta Interpretação orienta os concessionários sobre a forma de contabilização de concessões de serviços públicos a entidades privadas, quando:

- o concedente controle ou regulamente quais serviços devem ser prestados, a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço que deve ser cobrado; e,
- o concedente controle – por meio de titularidade, usufruto ou de outra forma – qualquer participação residual significativa na infraestrutura no final do prazo da concessão.

Para os contratos de concessão qualificados para a aplicação do ICPC 01, a infraestrutura construída, ampliada, reforçada ou melhorada pelo operador não é registrada como ativo imobilizado do próprio operador porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle (muito menos de propriedade) do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo eles (imobilizado) revertidos ao concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente, nas condições previstas no contrato.

Assim, nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance do ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário constrói, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de construção) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (equivalente ao IAS 11, conforme emitido pelo IASB) e CPC 30 – Receitas (equivalente ao IAS 18, conforme emitido pelo IASB). Caso o concessionário realize mais de um serviço (p.ex., serviços de construção ou melhoria e serviços de operação) regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada com base nos valores justos relativos dos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente. Assim, a contra partida pelos serviços de construção ou melhorias efetuadas nos ativos da concessão passa a ser classificada como ativo financeiro, ativo intangível ou ambos.

O ativo financeiro se origina na medida em que o operador tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção; o concedente tem pouca ou nenhuma opção para evitar o pagamento, normalmente porque o contrato é executável por lei. O concessionário tem o direito incondicional de receber caixa se o concedente garantir em contrato o pagamento (a) de valores preestabelecidos ou determináveis ou (b) insuficiência, se houver, dos valores recebidos dos usuários dos serviços públicos com relação aos valores preestabelecidos ou determináveis, mesmo se o pagamento estiver condicionado à garantia pelo concessionário de que a infraestrutura atende a requisitos específicos de qualidade ou eficiência. O ativo intangível se origina na medida em que o operador recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários dos serviços públicos. Esse direito não constitui direito incondicional de receber caixa porque os valores são condicionados à utilização do serviço pelo público. Se os serviços de construção do concessionário são pagos parte em ativo financeiro e parte em ativo intangível, é necessário contabilizar cada componente da remuneração do concessionário

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

separadamente. A remuneração recebida ou a receber de ambos os componentes deve ser inicialmente registrada pelo seu valor justo recebido ou a receber.

Os critérios utilizados para a adoção da interpretação das concessões detidas pela Companhia e o impacto da sua adoção inicial são descritos abaixo:

A interpretação ICPC 01 foi considerada aplicável a todos os contratos de serviço público-privado em que a Companhia faz parte.

Todas as concessões foram classificadas dentro do modelo de ativo financeiro, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação do ativo financeiro através do método de percentual de evolução. O ativo financeiro de indenização é reconhecido quando a construção é finalizada e incluído como remuneração dos serviços de construção.

As disposições da ICPC 01 foram aplicadas retroativamente para as concessões das controladas IEMADEIRA, IESUL, IENNE, IEMG, Serra do Japi e Pinheiros, sendo recalculado os efeitos que a adoção teria em 1º de janeiro de 2009 (início do período de mais antigo utilizado para fins comparativos) e atribuídos os efeitos acumulados aos componentes do patrimônio líquido. Dada a impossibilidade de reconstruir de forma confiável os dados históricos, a aplicação prospectiva foi adotada para os contratos de concessão celebrados pela CTEEP.

Conforme definido nos contratos, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor. Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças nesta regulamentação que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Informações trimestrais. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais. Esta indenização faz parte da remuneração dos serviços de construção e é reconhecido no momento em que a obra é finalizada.

A Companhia determinou o valor justo dos serviços de construção considerando que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de construção mais determinadas despesas do período de construção. A taxa efetiva de juros que remunera o ativo financeiro advindo dos serviços de construção foi determinada considerando a expectativa de retorno dos acionistas sobre um ativo com estas características.

Os ativos financeiros foram classificados como empréstimos e recebíveis e a receita financeira apurada mensalmente é registrada diretamente no resultado.

As receitas com construção e receita financeira apurada sobre o ativo financeiro de construção estão sujeitas ao diferimento de Programa de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS cumulativos, registrados na conta "impostos diferidos" no passivo não circulante.

(b) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora (CPC 04)

O benefício fiscal – ágio incorporado da controladora anteriormente apresentado no ativo circulante foi reclassificado para o ativo não circulante.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos (CPC 32)

Reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente.

Adicionalmente, conforme estabelecido pelo CPC 26, os impostos diferidos originalmente apresentados no ativo circulante foram reclassificados para o ativo não circulante.

(d) Investimentos

Ajustes de equivalência patrimonial decorrentes do reconhecimento dos contratos de concessão conforme ICPC 01 e OCPC 05, bem como do imposto de renda e contribuição social diferido pelas controladas da Companhia.

(e) Contabilização da proposta de pagamento de dividendos (ICPC 08)

Essa interpretação esclarece que a declaração de dividendos, excedente ao mínimo obrigatório, após o período contábil a que se referem as informações trimestrais não devem ser reconhecidos como passivo, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das informações trimestrais como definido no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Os dividendos declarados após o período contábil a que se referem as informações trimestrais e não pagos, excedentes ao mínimo obrigatório, referentes aos exercícios de 2008 e de 2009 foram reconhecidos como ajuste na demonstração das mutações do patrimônio líquido e foram revertidos na conta de “dividendos a pagar”, no balanço patrimonial, onde foram originalmente apresentados.

(f) Benefícios a empregados - Fundação CESP (CPC 33)

Esse pronunciamento fornece orientação sobre o reconhecimento, mensuração e evidenciação dos benefícios concedidos aos empregados.

Os cálculos atuariais dos planos de pensão e aposentadoria patrocinados pela Companhia apresentam, desde o exercício de 2008, superávit que, uma vez que utilizam o método do “corredor”, geram ganhos não reconhecidos. Contudo, o ganho apurado não é superior ao limite de restrição ao reconhecimento do ativo (“asset ceiling”) estabelecido pelo CPC 33 (IAS 19).

(g) Deságio EPTE (ICPC 09)

Representado pelo deságio auferido quando da aquisição de 49% das ações ordinárias da EPTE - Empresa Paulista de Transmissão de Energia Elétrica S.A. Essas ações pertenciam à Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda de São Paulo e à Companhia Paulista de Administração de Ativos - CPA e foram adquiridas, em 26 de março de 1999, pela CESP - Companhia Energética de São Paulo. Na cisão parcial da CESP, as referidas ações e o deságio apurados foram vertidos à CTEEP. A EPTE foi incorporada pela Companhia em 10 de novembro de 2001. Conforme ICPC 09, o deságio foi registrado nos lucros acumulados como compra vantajosa.

(h) Aquisição de controle da IEMG (CPC 15)

Conforme mencionado na nota 10, em 03 de fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu, da CYMI Holding S.A., 40% do capital social da IEMG, passando a exercer o controle de forma isolada. A transação foi realizada com base em oferta apresentada por terceiro, representando uma diferença de R\$ 16.060 em

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

relação ao valor contábil, que foi registrado como deságio, para fins regulatórios. Na conversão para IFRS, esse montante foi reclassificado para o grupo de investimentos.

Ainda em conformidade com as IFRS, a oferta apresentada por terceiro foi considerada o valor justo dos ativos líquidos da IEMG e, conseqüentemente, a Companhia reavaliou sua participação anterior de 60% no capital social da IEMG com base em seu valor justo, apurando uma perda na aquisição de controle no montante de R\$ 28.490.

2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA COMPANHIA

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física.

Os principais acionistas da Companhia são como segue:

Acionistas	30.09.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.093.869	89,40	-	-	57.093.869	37,60
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	93	-	4.400	-	4.493	-
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	93	-	4.400	-	4.493	-
Total do Bloco de Controle	57.093.962	89,40	4.400	-	57.098.362	37,60
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,62	9.338.731	6,15
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRÁS (ii)	6.289.661	9,85	47.495.068	53,99	53.784.729	35,42
Outros (iii)	476.890	0,75	31.130.268	35,39	31.607.158	20,82
Total das Ações em Circulação	6.766.551	10,60	87.964.067	100,00	94.730.618	62,40
Capital Total	63.860.513	100,00	87.968.467	100,00	151.828.980	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

(iii) Inclui acionistas que, individualmente, são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

	30.09.2010					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador						
ISA Capital do Brasil S.A	57.093.869	89,40	-	-	57.093.869	37,60
Administradores						
Diretores	-	-	-	-	-	-
Conselho de Administração	93	-	4.400	0,01	4.493	0,01
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
	93	-	4.400	0,01	4.493	0,01
Total do Bloco de Controle	57.093.962	89,40	4.400	0,01	57.098.362	37,61
Ações em Circulação						
Governo do Estado de São Paulo						
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda (i)	-	-	9.338.731	10,62	9.338.731	6,15
Governo Federal						
Centrais Elétricas Brasileiras S. A – ELETROBRAS (ii)	6.289.661	9,85	47.495.068	53,99	53.784.729	35,42
Outros (iii)	476.890	0,75	31.130.268	35,39	31.607.158	20,82
Total das Ações em Circulação	6.766.551	10,60	87.964.067	99,99	94.730.618	62,39
Capital Total	63.860.513	100,00	87.968.467	100,00	151.828.980	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

3. Posição acionária por espécie e classe, de todo aquele que detiver mais de 5% das ações de cada espécie e classe do Capital Social da Companhia, de forma direta ou indireta até o nível de pessoa física

	30.09.2011					
	Ordinárias		Preferenciais		Total	
Acionistas	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconexión Eléctrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	<u>366.674.306</u>	<u>33,10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>366.674.306</u>	<u>33,10</u>
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellín	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	2.704.846	89,90	-	-	2.704.846	89,90
Demais acionistas	<u>303.882</u>	<u>10,10</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>303.882</u>	<u>10,10</u>
	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>

(i) As Centrais Elétricas Brasileiras S.A – Eletrobrás é uma Companhia aberta com código de registro CVM nº 2437.

(ii) O acionista “Governo do Estado de São Paulo” tem suas funções atribuídas por decreto estadual de administração tributária, financeira e creditícia, controle interno do Poder Executivo e execução orçamentária. As atribuições do acionista “Governo do Estado de São Paulo” estão regulamentadas no

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

decreto nº 49.900 de 2 de julho de 1968, o qual determina sua responsabilidade político – administrativa nas áreas tributária, financeira e de controle interno do Governo do Estado de São Paulo.

30.09.2010						
Acionistas	Ordinárias		Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
ISA Capital do Brasil S. A.						
ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P. (a)	840.624.995	100,00	-	-	840.624.995	58,60
Banco HSBC	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Banco Votorantim	-	-	296.922.252	50,00	296.922.252	20,70
Demais acionistas	5	-	-	-	5	-
	<u>840.625.000</u>	<u>100,00</u>	<u>593.844.504</u>	<u>100,00</u>	<u>1.434.469.504</u>	<u>100,00</u>
(a) ISA Interconéxion Elétrica S.A. E.S.P.						
Ministério de Hacienda Y Crédito Público (b)	569.472.561	51,41	-	-	569.472.561	51,41
Empresa Pública de Medellín E.S.P. (c)	112.605.547	10,17	-	-	112.605.547	10,17
Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL (d)	58.925.480	5,32	-	-	58.925.480	5,32
Demais acionistas	366.674.306	33,10	-	-	366.674.306	33,10
	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.107.677.894</u>	<u>100,00</u>
(b) Ministério de Hacienda Y Crédito Público						
Público (Governo Nacional da Colômbia)	3.008.720	100,00	-	-	3.008.720	100,00
	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.720</u>	<u>100,00</u>
(c) Empresa Pública de Medellín E.S.P.						
Município de Medellin	4.223.308	100,00	-	-	4.223.308	100,00
	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.223.308</u>	<u>100,00</u>
(d) Empresa Colombiana de Petróleos – ECOPETROL						
Ministério da Hacienda Y Crédito Público	2.704.846	89,90	-	-	2.704.846	89,90
Demais acionistas	303.882	10,10	-	-	303.882	10,10
	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.008.728</u>	<u>100,00</u>

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, elaboradas sob a responsabilidade da administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 09 de novembro de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Luiz Carlos Passetti
Contador CRC-1SP144343/O-3

Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre o Formulário de Informações Trimestrais

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com o Formulário de Informações Trimestrais.

São Paulo, 08 de novembro de 2011

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Marcio Lopes Almeida
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Relatório da Revisão Especial dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Relatório da Revisão Especial dos auditores independentes.

São Paulo, 08 de novembro de 2011

César Augusto Ramírez Rojas
Presidente

Pío Adolfo Bárcena Villarreal
Diretor Administrativo

Marcio Lopes Almeida
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Celso Sebastião Cerchiari
Diretor de Operações

Jorge Rodríguez Ortiz
Diretor de Empreendimentos